



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 1**

---

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
FREIXO DE ESPADA À CINTA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE  
DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.**

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal deste Concelho, sob a Presidência do Senhor António Augusto Guerra Nunes dos Reis, coadjuvado pelos Senhores Joaquim Vítor Bento Pereira, Primeiro Secretário e Ana Isabel Chiote Lopes Vargas, Segunda Secretária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM – Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

-----**DOIS – Período da Ordem do Dia.**-----

-----**DOIS PONTO UM – Aprovação das atas da sessão ordinária do dia 07/09/2013 e da instalação da assembleia municipal do dia 18/10/2013.** -----

-----**DOIS PONTO DOIS – Apreciação da Atividade Municipal e Situação Financeira.** -----

-----**DOIS PONTO TRÊS - Informação de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de dezembro de 2012 – Tomada de conhecimento.** -----

----- **DOIS PONTO QUATRO – Autorização prévia de compromissos plurianuais para o ano de 2014 – Discussão – Votação.** -----

----- **DOIS PONTO CINCO – Projeto SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa – Discussão – Votação.** -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 2**

----- **DOIS PONTO SEIS – Designação de 4 cidadãos representantes da assembleia municipal na comissão de proteção de crianças e jovens – Discussão – Votação.** -----

----- **DOIS PONTO SETE – Eleição do representante dos presidentes de junta de freguesia na assembleia distrital de Bragança – Discussão – Votação.**

----- **DOIS PONTO OITO – Eleição de 2 deputados efetivos e 2 deputados suplentes como membros da assembleia intermunicipal da CIMDOURO – Discussão – Votação.** -----

----- **DOIS PONTO NOVE – Eleição de representante dos presidentes de junta de freguesia no conselho municipal de educação – Discussão – Votação.**

----- **DOIS PONTO DEZ – Eleição de representante e suplente dos presidentes de junta de freguesia no congresso nacional da associação nacional dos municípios portugueses – Discussão – Votação.** -----

----- **DOIS PONTO ONZE – Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Indicação do Representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia – Proposta. Votação.** --

----- **DOIS PONTO DOZE – Agrupamento de Escolas de Freixo de Estada de Cinta – suplementos de refeição – Discussão e Tomada de posição.** -----

----- **DOIS PONTO TREZE – Proposta de Regimento da assembleia municipal – Discussão – Votação.** -----

----- **DOIS PONTO CATORZE – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das comunicações eletrónicas – Definição de taxa de direitos de passagem – Discussão – Votação.** -----

----- **DOIS PONTO QUINZE – Proposta de taxa de IMI para 2014 – Discussão – Votação.** -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 3**

----- **DOIS PONTO DEZASSEIS – Proposta de taxa de IRS para 2014 –  
Discussão – Votação.** -----

----- **DOIS PONTO DEZASSETETE – Proposta da taxa da derrama municipal  
para 2014 – Discussão – Votação.** -----

----- **DOIS PONTO DEZOITO – Proposta das grandes opções do plano e do  
Orçamento para o ano de 2014 – Discussão – Votação.** -----

----- Efetuada a chamada, verificou-se que estavam presentes todos os membros  
da Assembleia Municipal. -----

**UM – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia  
Municipal que referiu: “Vamos dar início à sessão ordinária de dezembro, que  
coincide com a primeira Assembleia com esta nova composição. Aproveitava o  
facto, por um lado, para saudar a Senhora Presidente da Câmara e os Senhores  
Vereadores em permanência que comparecem pela primeira vez e nessa qualidade,  
na Assembleia Municipal e por outro para saudar os Senhores Vereadores da  
Oposição, já nossos conhecidos e os novos Deputados Dona Márcia Frade e  
Senhores Ademar Bento, Nuno Ferreira, Miguel Gata, Mário Galas e Armando  
Fresco, este último que não é propriamente novo nestas andanças mas que o é  
relativamente a esta Assembleia. -----

----- Hoje temos uma ordem do dia extraordinariamente longa, bastante longa e  
muito importante. Precisamente dada a sua importância e dado o facto de estar em  
causa, no último ponto a votação e aprovação do Orçamento eu ia interromper a  
sessão por alguns minutos porque gostava de trocar algumas impressões com a  
Senhora Presidente da Câmara”. -----

-----Após a referida interrupção, a Assembleia foi reatada tendo o Senhor  
Presidente referido:-----

-----“ Vamos agora retomar, ou, mais propriamente, iniciar a nossa Assembleia.

----- Já tive a oportunidade de saudar os novos elementos da Assembleia, os  
novos Deputados e o novo Executivo e gostaria de reafirmar aqui aquilo que disse  
na minha tomada de posse. Não podemos perder de conta o sentido de voto dos  
Freixenistas, muito peculiar e muito particular ao ter escolhido um Executivo de



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 4**

uma determinada coloração política e ter escolhido uma Assembleia de uma outra coloração política. Julgo que isto, disse-o na altura, foi a primeira vez que aconteceu em Freixo-----

----- Isto dá-nos a todos muitas responsabilidades, à Assembleia como órgão deliberativo que tem de apreciar e fiscalizar e, porque somos de uma coloração diferente do Executivo, provavelmente teremos uma vida menos calma do que tínhamos quando o Executivo era do mesmo partido que nós representamos. O Executivo, por sua vez, como eu tive também oportunidade de o referir, não pode perder de vista essa realidade e portanto temos que, em nome dos nossos eleitores, em nome daqueles que nos elegeram, não perder de vista as opções de cada um, obviamente, mas ao mesmo tempo não perdermos de vista o interesse e o respeito que o nosso Concelho exige de todos-----

----- O Período de Antes da Ordem do Dia iniciou-se com a leitura do seguinte expediente:-----

----- Ofício da Federação Nacional dos Professores sobre o envio de Carta Aberta em defesa da Escola Pública. -----

----- Mail do Grupo Parlamentar os Verdes sobre o encerramento de Repartições de Finanças. -----

----- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o XXI Congresso. -----

----- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses acerca da atualização dos contactos dos associados. -----

----- Ofício da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta sobre a informação financeira do Município. -----

----- Ofício do Agrupamento de Escolas de Freixo de Espada à Cinta sobre Refeições Escolares. -----

----- Ofício da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta solicitando o pedido de agendamento de assuntos para a sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens sobre os representantes da Assembleia Municipal na Comissão. -----

----- Postal de boas festas da Assembleia Municipal de Bragança. -----

----- Seguidamente, voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Gostaria de vos dar conta de uma troca (que não foi bem troca) de correspondência que enviei em seu tempo à Senhora Presidente da



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 5**

---

Câmara e de que, realmente, depois não obtive resposta mas, por razões de que ela já teve oportunidade de me explicar e que se deveram a questões técnicas relacionadas com o endereço do correio eletrónico para o qual eu enviei os referidos mail's. Portanto, neste aspeto, o problema está resolvido. -----  
----- De qualquer modo, gostaria de vos dar conta do que é que se tratava. Tratava-se, fundamentalmente, de duas coisas. -----  
----- Uma que teve a ver com a tomada de posse dos órgãos autárquicos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, relativamente ao que mostrei o meu desagrado pelo facto de que a página do Município, que eu entendo deve ser a página do Município e não apenas a página da Câmara Municipal, ter publicado, e bem, o discurso proferido na tomada de posse pela Senhora Presidente e não ter publicado o discurso que eu próprio proferi na mesma tomada de posse. -----  
----- É evidente que esse discurso mais tarde iria aparecer nas atas da Assembleia Municipal, de que fazem parte quer o meu quer o da Senhora Presidente.  
-----Uma outra questão teve a ver com as comemorações dos quinhentos anos da chegada de Jorge Alvares à China. -----  
----- Dessas comemorações que decorreram com muito brio e que prestigiaram o Concelho, o nome do Concelho e os Freixenistas, da maneira como elas correram, eu tive conhecimento, eu tinha conhecimento da realização dessas comemorações mas ainda por parte do anterior Executivo. Quando surgiu a nova data não me foi dado qualquer conhecimento. Tomei conhecimento através dum convite igual ao enviado a toda a população e pelo qual soube que tinha que fazer uma intervenção. Por razões óbvias e várias, embora eu passe muito tempo em Freixo de Espada à Cinta nem sempre estou em Freixo e portanto, as minhas deslocações de Cascais até aqui vou-as fazendo sempre que tenho que as fazer, mas pedia à Senhora Presidente da Câmara que, no futuro, sempre que haja interesse que, a quando da realização de sessões ou comemorações ou iniciativas, o Presidente da Assembleia Municipal deve estar presente e, muito mais que deva usar da palavra que eu seja informado de uma maneira mais institucional e diferente do simples envio dum convite-tipo. -----  
----- Gostaria de vos dar conhecimento até porque nestas coisas atuo sempre em nome da Assembleia Municipal e é o nome da Assembleia que também está em causa. -----  
----- Como eu digo sempre, quer isso quer o que consta da restante correspondência que eu vos li está à Vossa disposição nos serviços de apoio à Presidência da Assembleia Municipal e como tal, quem quiser consulta-la fará o favor de pedir ao funcionário que nos apoia a cedência dessa correspondência.” ---



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 6**

---

----- Seguidamente solicitou a palavra o membro Senhor Ivo André Quintas Palmeirão que referiu: “Quero aproveitar este espaço para dar os meus sentimentos à família do Senhor Constâncio, de quem temos algumas obras aqui presentes e que espero que o Executivo as saiba valorizar no futuro. -----

----- Para além disso também quero agradecer à Senhora que teve a bondade de fazer salvo erro, cerca de cinquenta sacos decorativos para os postes de iluminação da nossa Vila. É agradável ver que a comunidade está envolvida nestas coisas. -----

----- Quero também aproveitar este espaço para deixar um alerta ao novo Executivo relativamente a uma situação que eu já alertei aqui anteriormente e que tem a ver com a avaliação dos funcionários, espero que seja feita no próximo ano, eu já alertei aqui duas vezes, e também aproveito para deixar o alerta ao Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que prometeu que ia fiscalizar espero que também faça esse alerta junto do Executivo, é só obrigado”. -----

----- Usou, de seguida, da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo: “Antes de dar a palavra ao Senhor Nuno Ferreira, dizer que, penso que toda a Assembleia se associa ao voto de pesar que o Senhor Deputado Ivo Quintas emitiu pelo falecimento do Senhor Constâncio, um reconhecido pintor e nosso conterrâneo, do qual temos aqui, efetivamente, algumas obras e de que eu também tenho o privilégio de ter um quadro seu. Portanto associamo-nos, penso que posso falar em nome da Assembleia, a esse voto de pesar. -----

----- Relativamente à questão da avaliação dos funcionários, o Senhor Ivo já disse tudo, julgo eu. O Executivo ouviu e nós estaremos atentos no sentido de se concretizar essa recomendação que aliás já tinha sido feita por ocasião do anterior Executivo”. -----

----- Seguidamente, foi cedida a palavra ao membro Senhor Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira que referiu: “Associo-me tal como a bancada do Grupo Parlamentar do PSD referiu também o Presidente da Assembleia em relação ao voto de pesar. Associo-me também em relação à necessidade de avaliação dos funcionários. Acho que sim, que deve ser feita, com equidade e sempre com responsabilidade. Também estaremos atentos a isso, enquanto líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. -----

----- Saúdo o Presidente da Assembleia, a Senhora Presidente, os Vereadores e o Digníssimo público tal como a Bancada Parlamentar do PSD. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 7**

----- Trago aqui algumas questões para antes da ordem do dia para debatermos, porque a falar é que as pessoas se entendem e que me interrogo sobre três fatores que eu gostaria de ver esclarecidos enquanto bancada parlamentar do PS. -----

----- Uma é em relação ao porquê de uma fatura da Câmara Municipal ir parar a uma Assembleia de uma Adega Cooperativa criando dissabores e utilizada, neste caso, para prejudicar o bom nome de José Santos, quando esse Município que apresentou a fatura, que eu saiba, não faz parte dos quadros da Câmara. -----

----- A segunda questão que eu gostaria de referir e que gostaria que me elucidasse é se realmente o posto de turismo irá mudar de local e o porquê, qual a razão disso? -----

----- Em relação à terceira questão de antes da ordem do dia, é em relação às piscinas municipais, porque eu bem me recordo, não tenho a memória tão curta, ainda só passaram dois meses mas foi sempre apanágio do PSD local que as piscinas municipais nunca deveriam fechar e fizeram celeuma sempre disso quando fechavam apenas por três meses, neste momento as piscinas municipais estão fechadas por tempo indeterminado, não poderemos ter uma postura quando estamos na oposição e outra quando estamos no poder, era isso que gostaria que me respondesse, obrigado”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu: “Para responder à fatura que apareceu na reunião da Adega, eu tenho a comunicar que a fatura não saiu desta Câmara. O Senhor que apresentou a fatura não falou, não esteve com ninguém deste Executivo, portanto a fatura não saiu daqui. Se a tinha em poder dele, ele também já pertenceu aos órgãos sociais da Adega. Se a arranjou lá ou não, não sei, daqui eu garanto que não foi, não tenho rigorosamente nada nem eu, nem os Senhores Vereadores a ver com o assunto. Portanto se o Senhor foi para lá com a fatura, até fez questão de dizer que era da Câmara é um problema dele e de quem lá estava. Não temos nada a ver com o assunto e espero que fique esclarecido.” -----

----- Usou de seguida da palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Uma vez que a fatura é do Município certamente que haverá alguém que será responsável por essas faturas. Certamente as faturas não saem daqui com leviandade.” -----

----- Usou novamente a palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu: “Senhor Deputado se há uma fatura aqui há uma cópia na Adega de certeza



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 8**

absoluta, há um duplicado na Adegas, tanto podia sair daqui como de lá, esse Senhor já pertenceu aos órgãos sociais da Adegas, foi ou não? Daqui a fatura não saiu, eu nunca falei com esse Senhor sobre esse assunto, nem sobre outro qualquer, nem eu nem ninguém que está aqui. -----

----- Alguém disse que ele veio à Câmara, por acaso até veio à Câmara, até vinha falar com o Vereador Artur e ele nem sequer cá estava, portanto não falou com ninguém, entrou e saiu porque não estava cá ninguém não falou com ninguém, agora se querem saber de onde saiu a fatura perguntem-lhe a ele, daqui não foi. ---

----- Quanto à questão do posto de turismo, o posto de turismo já foi para a Praça, e foi porque o local indicado é a Praça, é lá que os turistas vão bater, à Igreja e à Torre e é lá que devem ter as informações de que precisam, não aqui longe, só por essa razão. -----

----- Quanto às piscinas, é para manter fechadas, abrirão no verão como muitas outras por esse País onde acontece a mesma coisa. -----

----- A situação financeira da Câmara não suporta os gastos, nós vamos ter que cortar em muita coisa e uma delas vai ter que ser a piscina porque a receita mensal que temos não chega para as despesas mensais, temos que cortar em muita coisa, a piscina é uma delas, depois ainda por cima, o mau funcionamento, tenho aqui uma lista de tudo quanto funciona lá mal que foi entregue por um funcionário que lá trabalha assim que eu cheguei aqui. A piscina para funcionar como deve ser e pouparmos algum dinheiro vai obrigar a fazer algum investimento e nós neste momento não podemos, porque se queremos pagar vencimentos aos funcionários, vamos ter que cortar em muita coisa se não os funcionários vão estar sujeitos a ficar sem vencimentos e isso não pode acontecer, no meu entender.” -----

----- Usou de novo a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação ao posto de turismo, como é óbvio, caberá sempre ao novo Executivo saber onde o quer enquadrar, cada um tem as suas políticas diferentes. -----

----- Agora, como também é óbvio, uma constatação que eu faço em relação aos turistas, Freixo não é apenas só a zona histórica é uma parte, mas também que eu consiga visualizar eu não vejo autocarros a conseguir ir à praça, certamente então terá que haver uma nova sinalização a indicar onde será a zona histórica e quais os melhores acessos e criar rotas para isso mesmo. -----

----- Em relação às piscinas e ao seu funcionamento, não há nenhuma piscina em Portugal que dê lucro, as piscinas quando foram pensadas foi para o bem-estar da sociedade em geral do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, isso estamos com certeza de acordo. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 9**

----- Em relação também às piscinas e ao seu funcionamento, antes de tomarem posse já saberiam da realidade das piscinas, porque eu não posso afirmar de bom-tom que as piscinas irão ficar sempre abertas quando eu estiver no poder e chegando ao poder as piscinas fecham, tenho que me inteirar certamente, e teve essa oportunidade quando era Vereadora da oposição, porque também estava nas reuniões de Câmara, de se inteirar da situação atual da piscina. Eu suponho que seja uma breve passagem para estarem fechadas e no futuro requalifica-las para estarem abertas porque todos os Municípes necessitam daquelas piscinas, quer seja a nível terapêutico, desportivo e até de lazer.” -----

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu: “As piscinas não são para ficarem eternamente fechadas. Abrirão quando tivermos possibilidades de as pôr a funcionar como deve ser e suportar a despesa que ela nos traz, quando isso acontecer tudo bem, agora até lá temos que cortar e temos que poupar.” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Eu, depois da intervenção do Senhor Nuno Ferreira também gostava de deixar aqui algumas palavras. -----

----- Relativamente à questão da dita fatura eu acho que isso nem devia ser trazido a esta Assembleia porque estamos a falar de uma instituição que não tem nada a ver com a Câmara Municipal. -----

----- Quanto à origem da fatura, como disse a Senhora Presidente, ela existe em ambos os locais, há um emissor e há um recetor e portanto tem que haver um exemplar quer num lado quer no outro, de onde é que ela veio não sei e neste momento isso também pouco me preocupa, uma vez que a Senhora Presidente já garantiu que daqui, desta casa não saiu, portanto isso neste momento já não me preocupa. -----

----- Relativamente à questão das piscinas, realmente o PSD tinha no seu programa eleitoral um ponto relativamente às piscinas e o que dizia era, que se ia encontrar uma solução para que as piscinas pudessem estar abertas o ano todo, ninguém disse que as piscinas iam estar abertas o ano todo mal se tomasse posse, o que foi dito foi que se iria encontrar uma solução. -----

----- Agora não como Deputado mas como Técnico posso dizer ao Senhor Nuno Ferreira que a nível de eficiência energética aquela casa é uma miséria, porque é uma miséria e posso dizer-lhe que só na fatura da luz consegue-se uma poupança de cerca de quarenta por cento, mas é preciso tomar as medidas corretas, o que



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 10**

implica investimento, obviamente, e isso não sei até que ponto esta casa, neste momento, tem disponibilidade para o fazer, logo que o tenham, certamente, mediante as prioridades que devem ter definidas irão fazer esse investimento e possivelmente a piscina estará aberta durante todo o ano mas, primeiramente é necessário dotá-la dessas valências para que possa estar aberta durante todo o ano.” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação àquilo que referiu o Deputado Ivo Quintas da fatura, é óbvio que eu não estou aqui a pôr em causa a palavra da Presidente, que fique bem explícito isso, serve é de alerta para faturas possíveis no futuro, mais vale precaver do que depois sofrermos as consequências e se há local para debater os problemas internos do Município é aqui na Assembleia. -----

----- Eu enquanto líder parlamentar do PS nunca certamente me irão ver em nenhuma Internet a expor os problemas deste Município. Existem locais próprios para serem debatidos e este é um deles. -----

----- Em relação às piscinas municipais, eu não vou pôr em causa se o Senhor Ivo Quintas é Técnico ou não. Certamente perceberá mais nessa parte mas também em relação à parte desportiva também sabe que sou Técnico de Desporto e sei quais as potencialidades daquela piscina, ambos estamos de acordo com isso.

----- Agora, em relação às piscinas quando me fala dos custos que as piscinas tinham, certamente também deve saber que antes as piscinas tinham um custo mensal de trinta mil euros e conseguiram reduzi-lo para quinze mil e da seguinte forma, desligando e ligando todos os dias às onze horas e tornando a ligar às seis da manhã, essa é uma das soluções, mas também não vamos debater mais este assunto até porque só passaram dois meses e temos que dar oportunidade para trabalhar e arranjar soluções. -----

----- Em relação ao mau funcionamento também quero alertá-lo que relativamente ao painel solar deve zelar-se por ele e não deixar acabar o glicol. Por isso, penso que estes problemas todos e se trabalhar em prol do bom funcionamento das infraestruturas todos nós poderemos usufruir delas e, espero eu, estar daqui a um ano e meio a falar da abertura das piscinas e serem rentáveis.”

**DOIS - ORDEM DO DIA**



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 11**

---

**----- DOIS PONTO UM – APROVAÇÃO DAS ATAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07/09/2013 E DA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO DIA 18/10/2013. -----**

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade com as abstenções dos membros Armando César Lopes Fresco, Miguel Ângelo Alves Gata, Márcia Andreia Ferreira Saldanha Frade, Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, Mário José dos Santos Galas e Ademar Bento, aprovar a ata do dia sete de setembro do ano de dois mil e treze e por unanimidade a ata do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e treze. -----

**----- DOIS PONTO DOIS – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----**

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das informações sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos do que preceitua a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de janeiro. ---

----- Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Gostaria de fazer uma pergunta que era a seguinte: Qual é a dívida do Município na data de 18 de outubro, é de dezasseis milhões ou é de dezanove milhões? Isto, porque nós temos dois documentos com valores diferentes. Quando pedi à Câmara que me dissesse qual era a dívida no dia dezoito de outubro foi-me fornecida uma informação no dia vinte e cinco de novembro e passado um mês, no dia vinte e três de dezembro, há uma nova informação que é esta que eu tenho aqui que fala nos dezasseis milhões, números redondos dezasseis quinhentos e oitenta e um e depois passados dois dias, digamos, há uma nova informação que é enviada a todos os membros da Assembleia que volta a falar nos dezanove milhões, qual é a que está correta é a dos dezasseis milhões ou a dos dezanove milhões? No que se refere ao valor dos dezanove milhões (não quero aqui escarpelizar isto, depois deixo a palavra aos Senhores Deputados, se o quiserem fazer) há algumas coisas que me fazem um bocado de confusão porque, por exemplo, quando se fala de contratos promessa, estou aqui a falar, por exemplo, de Luís Taborda e Inês Taborda, digamos que aparecem quarenta e seis



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 12**

mil quando destas verbas há trinta e nove mil que são a fundo perdido e que não constituem uma dívida da Câmara. -----

----- No caso das participações a oitenta e cinco por cento, ou a oitenta por cento, parece-me que não deveria estar aqui a totalidade mas aquilo que é, efetivamente, a responsabilidade da Câmara. Por outro lado, se é um facto que há aqui valores não faturados de projetos em curso como seja o limpa neves e o distribuidor de sal, construção do núcleo museológico da seda, etc., também devia ter sido tida em linha de conta a parte que são os tais oitenta por cento ou oitenta e cinco por cento de financiamento. -----

----- Quando se apresenta o total geral dezanove milhões se lhe tirarmos isto dá dezasseis milhões o que significa que assim já se ajusta mas, de qualquer modo eu perguntava se alguém quer usar da palavra.” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Eu pessoalmente quando sou confrontado com estes números fico na dúvida, numa é mencionado dezasseis milhões quinhentos e oitenta e um e na outra é dezanove milhões e ambos sabemos que em relação aquilo que é participado a oitenta e oitenta e cinco por cento teríamos que retirar a estes valores que estão aqui deste lado aquilo que vai ser participado, então não podemos agora querer empolar a dívida quando também ainda há dinheiro a receber mas eu gostaria de ouvir uma explicação sobre estes números todos a fim de ficarmos todos esclarecidos, porque numa altura é de dezasseis milhões e meio, noutra é dezanove e noutra é vinte e um, tem que haver um número exato e aquilo que foi referido ali, se não estou em erro, foi qual é que era a dívida ao dia dezoito e no dia dezoito a dívida era de dezasseis milhões e meio é isso que eu gostaria de ver explicado.” -----

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu: “A dívida ao dia dezoito está aqui, os dezanove milhões, são os dezasseis milhões mais o que ainda não está faturado e compromissos assumidos, há a receber seiscentos e noventa mil que, este valor em vez de serem seiscentos e noventa mil, que foi a informação que o Eng. Ricardo deu ao Augusto, seriam os novecentos e quarenta e oito, então deduz-se aos dezanove milhões os novecentos e quarenta e oito e está aqui a dívida. -----

----- O que é apresentado pela Dr.<sup>a</sup> Antónia é aquilo que sai da contabilidade os custos que estão faturados, os que ainda não foram faturados não podem aparecer



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 13**

mas são compromissos que estão cá, ou vão ser meus agora? Não fui eu que os comprometi, já cá estavam, não importa se é disto ou daquilo, já cá estavam. -----

----- Estes novecentos e quarenta e oito também, ainda é dinheiro a receber, estes são compromissos que estão assumidos, não estão contabilizados mas estão assumidos, mas os novecentos e quarenta e oito também ainda irão ser recebidos, estão a diminuir à dívida como uma coisa que já tivéssemos, mas ainda não temos, ainda tem vir, portanto também está a diminuir à dívida uma coisa que ainda não temos. -----

----- Os vinte e um milhões têm a ver com os empréstimos que vieram agora que estão já contabilizados em dívidas de médio e longo prazo mas ainda não saiu o dinheiro para pagar aos fornecedores, portanto ainda não abateu na dívida a terceiros, está a acumular à dívida, isto não é dívida, os vinte e um é como se não existisse, só existe neste momento porque está lá acumulado o dinheiro que veio e ainda não saiu para os fornecedores, porque no momento em que estiver tudo pago ela volta novamente ao inicial”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “O que me parece que é importante é comparar coisas iguais, ou seja, nós quando estamos aqui a falar de dezasseis milhões de dívida, estamos a falar de dezasseis milhões que vêm já com o abate dos fundos comunitários a receber, quando estamos neste a falar dos dezanove milhões, estamos a falar de um total onde ainda não foi abatido os tais novecentos e quarenta e oito mil euros a receber e onde ainda estão aqui os tais compromissos assumidos mas que ainda não entram na contabilidade, ou seja, em termos de contabilidade do que eu percebo daqui temos dezassete milhões e quinhentos à data de dezassete do dez que vai bater mais ou menos com o total em dívida que temos aqui de dezassete milhões setecentos e noventa e nove mil, isto traduz a contabilidade em si, agora os compromissos assumidos que ainda não foram faturados se quer, é óbvio que não podem entrar na contabilidade, portanto não podemos estar a comparar os dezassete milhões com o que aparece aqui de contabilidade em si de dezassete e qualquer coisa, ainda para mais abatidos dos novecentos mil. -----

----- Ora, o que eu vejo aqui neste documento, dezanove milhões será a dívida assumida pelo anterior Executivo, ou seja, dívida atual em contabilidade e projetos que foram assumidos pela anterior Executivo que obviamente este a executá-los terá que os suportar, de resto pouco mais haverá a dizer, ou seja, a gente quando está a comparar estes valores tem que comparar valores que traduzam o mesmo, ou seja, não vamos comparar dezanove milhões onde ainda não foram abatidos os



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 14

tais novecentos e tal com os dezasseis milhões onde já foi abatido tudo e mais alguma coisa, é só”. -----

----- Solicitou de novo a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Eu continuo sem perceber até porque temos que concordar que já foi dito aqui que a dívida era de dezassete milhões e não de dezanove milhões como foi dito na imprensa, esse é o primeiro ponto ma, acho até, uma vez que está aqui o Vereador José Santos se fosse possível ele explicar, porque quem melhor do que ele que esteve na presidência para nos elucidar sobre estes números e para serem aqui confrontados e explanados a fim de todos ficarmos elucidados. Pedir a opinião tanto do Vereador José Santos, que esteve no anterior Executivo e também da Presidente Maria do Céu, acho que seria a melhor forma de explicarmos, até porque também está aí a Chefe de Divisão Dr.<sup>a</sup> Antónia”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Como viram através do nosso projeto de Regimento, que não está aprovado, obviamente, mas nesse aspeto ele copia *ipsis verbis* aquilo que diz eu não sei se é a Lei 75/2013 se ainda é a outra, mas de qualquer caso é uma delas.

----- O Regimento diz, «os Vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal sendo-lhes facultado intervir no período de antes da ordem do dia e nos debates, neste caso sem direito a voto e apenas a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou seu substituto legal», quer dizer, eu começava por perguntar à Senhora Presidente da Câmara se não se importa, se não teria que colocar isto à consideração do plenário”. -----

----- Não havendo qualquer impedimento por parte da Senhora Presidente da Câmara, foi então cedida a palavra ao Senhor Vereador José Santos que referiu: “Quero em nome da verdade, e portanto é nesse âmbito que aceito vir aqui fazer esta explicação, até porque, fui daqueles Presidentes de Câmara, ou pelo menos, o Presidente de Câmara que publicitou a dívida do Município sempre no boletim municipal e sempre com um espírito de transparência e de dar a conhecer aos Municípes a verdade da dívida porque a dívida tem que ser verdadeira, não pode de forma nenhuma deixar as pessoas em dúvida e é o caso daquilo que se está a passar aqui, há aqui uma dúvida grande relativamente à dívida, aliás eu tive uma intervenção na Câmara Municipal que está em ata, relativamente a algumas situações em que se publicitava uma dívida de vinte e oito milhões de euros o que significava uma dívida exorbitante. Fizemos algum esclarecimento nessa reunião e



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 15**

no final dessa reunião a Senhora Presidente forneceu-me, a meu pedido, embora eu tivesse pedido um balancete analítico da contabilidade, a Senhora Presidente fez o favor de me fornecer este documento que foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que foi enviado no dia quinze de novembro, julgo eu, e que diz exatamente aquilo que já foi ouvido aqui mas que não corresponde de forma nenhuma à verdade porque há aqui coisas que têm que ser esclarecidas e que eu gostava também que fossem esclarecidas e vamos tentar também esclarece-las aqui. -----

----- Eu tive o cuidado também, na última reunião de Câmara de apresentar um requerimento à Senhora Presidente, depois de ter visto e lido nos jornais aquilo que li relativamente à dívida o que fiquei completamente triste e preocupado pelo facto de que depois de termos de termos tido aquela conversa na reunião de Câmara, a Senhora Presidente insistiu em transcrever para a opinião pública nacional que a dívida do Município era de cerca de dezanove milhões quando isso, mesmo neste documento que me foi entregue nesse dia não é verdade porque a Senhora Presidente diz aqui que a dívida são dezanove milhões cento e cinquenta e seis, foi o que disse no jornal mas depois nesta página aqui atrás tem exatamente uma informação que também não corresponde a verdade e que, pelo menos, teria que retirar a estes dezanove milhões cento e cinquenta e seis os seiscentos e noventa mil euros que, de facto, há a receber de fundos comunitários conforme esta informação aqui. -----

----- Eu queria dizer que a dívida, mesmo partindo do pressuposto que isto será verdade, o que não é verdade, já vou transcrever aquilo que de facto é a realidade, gostaria muito mais de estar credenciado com a possibilidade de fazer a consulta aos documentos da dívida. Há treze dias que estou à espera da sua resposta, mas ainda não tive o privilégio de receber. Nunca é tarde, cá estaremos, porque os números não falham, os números não fogem, estão cá, aqui vão continuar e, portanto não há grande problema. -----

----- Mas, queria dizer-lhe o seguinte; Quando diz que estes valores são a realidade, de facto, a primeira parte em que os empréstimos a longo prazo, os de curto prazo e os juros da dívida são de facto nove milhões, quatrocentos e doze, duzentos e catorze ponto vinte e dois. -----

----- Depois, temos a questão dos terrenos e das dívidas a pessoas singulares que, eventualmente, aqui estão que é o caso da família Reimão, a quem ainda se deve cento e cinquenta e sete mil da aquisição dos terrenos para construção da Avenida do Hotel, do Dr. António Augusto Guerra Massa, quarenta e cinco mil euros também nada a opor, depois do Luís Taborda e Inês Taborda, aqui já as coisas não



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 16

estão bem Senhora Presidente porque o contrato promessa com esses Senhores é de quarenta e seis mil seiscentos e noventa e nove ponto vinte e quatro dos quais trinta e nove mil seiscentos e noventa e quatro são fundos comunitários participados a oitenta e cinco por cento na obra do Centro Histórico, portanto só o que vai para além dos trinta e nove mil, que serão cerca de dez mil euros é que terão que se pagar a essas pessoas porque o resto é recebido dos fundos comunitários. -----

----- Depois, para Ana Pires Zedório, mil euros, que ainda falta pagar do terreno comprado, do Senhor António Maria Madeira, doze mil euros, sim Senhor mas, aqui também a possibilidade de oitenta e cinco por cento a fundo perdido para alargamento da Rua das Eiras que tem também a possibilidade de ser metido nos fundos comunitários, Maria Adosinda de Sá também faz parte do mesmo alargamento e o Senhor Mário Constâncio que o terreno é da envolvente do cemitério, onde também os fundos comunitários vão cobrir a oitenta e cinco por cento. -----

----- Quero dizer-lhe que para a obra do Centro Histórico está previsto para terrenos duzentos e cinquenta mil euros, ou seja, a Câmara poderá, efetivamente, comprar os terrenos às pessoas da envolvente do cemitério e depois também pedir para que estas habitações que estão para ser adquiridas, porque ainda não foram feitas as escrituras, e portanto também, enquanto não houver escritura também não há dívida, mas pronto, admitindo que esta é uma dívida que está comprometida, muito bem, o que significa que os duzentos e sessenta e nove, cento e trinta e cinco, teriam que ser duzentos e treze, zero vinte e três. -----

----- Depois tem faturas registadas em que não há nada a opor. -----

----- Faturas cabimentadas não registadas, isto é, com toda a certeza, da passagem do testemunho, em que de facto, havia faturas que não tinham fundos disponíveis e portanto não seria possível mete-las logo e, também está aqui, duzentos e trinta mil, nada a opor. -----

----- Faturas não cabimentadas e não registadas, também a mesma coisa, uma questão contabilística e portanto não há nada a opor, ou seja, esta dívida aqui somada dava dezassete milhões, setecentos e quarenta e três mil euros, trezentos e vinte e cinco, o que também não é a realidade do que está cá, portanto, está cá dezassete milhões setecentos e noventa e nove, com as alterações que, eventualmente, teria que se fazer era dezassete milhões setecentos e quarenta e três. -----

----- Depois vem aqui uma parte em que aí não poderemos, de forma nenhuma, estar de acordo, que é o não faturado de projetos em curso. A imagem que foi



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 17

passado aqui , e a Senhora Presidente, possivelmente, não o fez com maldade, fê-lo da forma como o soube fazer mas, isto são faturas daquilo que ainda não está feito, isto aqui é a faturar de obra que ainda não está feita, ou seja, o limpa Neves ainda não foi comprado, está efetivamente assumido e também se quiser fazer justiça, se quiser levar por diante este projeto ou esta candidatura, que eu acho que devia levar mas pronto, é uma opção sua, os trinta e quatro mil que aqui coloca não tem nada a ver com a realidade porque vinte e sete mil são de fundos comunitários a oitenta e cinco por cento de fundos perdidos. -----

----- Depois as baterias de condensadores, a mesma coisa, é uma ninharia, é um projeto de quatro mil setecentos e doze euros dos quais também há participação a fundo perdido de três mil setecentos e sessenta e nove. -----

----- A adaptação da casa do poeta para abertura ao público, a Senhora Presidente também sabe que o montante que aqui está da adjudicação da obra que já está adjudicada ao empreiteiro são trinta e sete mil euros dos quais trinta e dois mil são a fundo perdido também, são fundos comunitários, tem que efetivamente descontá-los. -----

----- Depois a construção do núcleo museológico da seda a mesma coisa, trezentos e vinte e cinco mil é o que ainda falta fazer e o que ainda falta faturar mas, dos quais duzentos e setenta e seis são também a fundo perdido, se descontar tudo isso, tal como na regeneração urbana onde imputa novecentos e cinquenta e quatro mil euros ainda de compromissos assumidos mas que oitocentos e onze mil também são de oitenta e cinco por cento a fundo perdido, ou seja, se fizermos a avaliação destes projetos que aqui estão e que ainda estão por acabar e que ainda estão por fazer, não há nada faturado por pagar aqui, aqui há é a faturar, isso significa que a Câmara de um milhão trezentos e cinquenta e sete que diz que tinha que assumir, só terá que assumir duzentos e cinco mil euros, portanto Senhora Presidente há aqui uma grande parte, cerca de um milhão de euros que de facto não é nada de compromisso com a Câmara mas é um compromisso que, eventualmente, vai ser coberto por fundos comunitários. -----

----- Significa que a dívida, se formos fazer as contas desta forma, seria dezassete milhões, novecentos e quarenta e oito, oitocentos e cinquenta e dois, ponto vinte e oito, está aqui, foram feitas as contas e foram feitas as contas bem, eu tenho muita pena de não poder ainda, porque com certeza isso iria poder a vir beneficiar o deslize da dívida para menos. -----

----- Depois há uma coisa que é importante, uma dívida não se calcula só por aquilo que se deve, uma dívida calcula-se por aquilo que se deve e por aquilo que também nos devem a nós e depois também há o dinheiro que está em caixa, no dia



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 18

dezoito de outubro havia dinheiro em caixa e esse dinheiro tem que ser contabilizado a favor do Município, é um ativo, não pode ser esquecido e por isso mesmo, se formos ver, há bocado a Senhora Presidente confundiu-me um pouco e se calhar também confundiu a opinião pública, quando disse que estes valores foram facultados pelo Chefe de Repartição e que foi o Eng.º Ricardo que lhos enviou. Com toda a certeza que, e eu acredito que tenha sido o Chefe de Repartição que lhos deu agora, o que não me convence é que tenha havido aqui uma ligação entre os dois, porque se houvesse aqui uma ligação entre os dois e deixe-me falar e depois vai perceber o porquê da minha dúvida porque eu apenas pretendo esclarecer a verdade, não pretendo colocar as pessoas umas contra as outras, é preciso por a verdade acima de tudo. -----

----- Eu quero dizer-lhe o seguinte, no dia dezassete de outubro de dois mil e treze o Eng.º Ricardo forneceu-me este documento que aqui está, a Senhora Presidente também o tem, muito bem, era isso que eu queria, a Senhora Presidente teve acesso a este documento porque eu, na passagem do testemunho fiz questão de a colocar ao corrente dos projetos, das candidaturas, das dívidas, daquilo que tínhamos a receber, daquilo que tínhamos a pagar e Senhora Presidente, se fizer justiça, no dia dezassete de outubro tinha aqui, exatamente, uma verba a receber que dizia assim: O Eng.º Ricardo teve e ele sabe fazer isto melhor que ninguém, está habituado, já disse isto diversas vezes na reunião de Câmara e contínuo a dizer-lo aqui, o Eng.º Ricardo escreveu aqui que, das faturas já contabilizadas, ou pelo menos em dívida, havia a receber de fundos comunitários novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e treze euros e cinquenta cêntimos, é verdade que este era o valor a receber de faturas já contabilizadas, o que significa que das faturas que já eram dívida havia a receber novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e treze euros e cinquenta cêntimos, isso era o valor que deveria constar neste documento que aqui está e que só constam seiscentos e noventa mil, portanto, não corresponde à verdade e é por isso que eu acho que, depois de eu lhe ter fornecido isto, depois de o Eng.º Ricardo nos ter dito a nós e que de certeza também o confirmou aos Senhores que os valores a receber eram novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e treze euros e cinquenta cêntimos e que agora também já estão a ser reconhecidos, porque já vêm na outra informação, eu acho muito estranho que na altura que a Senhora Presidente pediu ao Senhor Chefe de Repartição depois de haver uma ligação entre eles pusessem aqui seiscentos e noventa mil porque não podia ser, portanto claramente houve aqui, com toda a certeza e sem qualquer maldade mas que vem em prejuízo do apuramento da dívida uma diferença que é bastante significativa. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 19

----- Depois também há, efetivamente, de tesouraria, no dia dezoito de outubro, havia em tesouraria e isso está espelhado, também lhe posso mostrar, porque também tenho aqui um balancete analítico que foi tirado nesse dia da contabilidade e a contabilidade é a contabilidade não vale a pena estarmos a querer dar a volta, havia quatrocentos e oitenta e seis mil euros em tesouraria e também há uma situação que é de dívida de terceiros para com a Câmara e deixe que lhe diga ainda são sessenta e três mil euros, portanto isso também vem em benefício do apuramento da dívida, que é a Águas de Trás-os-Montes e outros pequenos devedores devem à Câmara Municipal esse pequeno valor, é dívida dos outros para conosco e portanto também tem que ser contabilizada, ou seja, destes valores que aqui estão todos, mesmo pretendendo que eu assuma, ou que o anterior Executivo assuma estes valores destes projetos que estão ainda em curso, o que não é correto, porque se quiser imputar estes valores que ainda se vão realizar e que vão constituir dívida, então também terá, os projetos desenvolvem-se num horizonte temporal e também terá que afetar aqui receita, porque eu não consigo compreender como é que se pagam estes valores dos projetos sem ser com receitas de capital, aliás há uma receita de capital que é transferida no FEF e que é para gastar em capital, é para gastar em investimento e que entrou em linha de conta, com toda a certeza, pelo anterior Executivo para poder fazer face a estes investimentos da qual a Senhora também é responsável, porque também votou favoravelmente estes projetos, portanto a responsabilidade não é só minha, é mutua, portanto há que ser coerente e ter a hombridade de poder reconhecer que a dívida do Município é aquela que foi espelhada sempre pelo anterior Executivo e que o anterior Executivo nunca quis fazer passar uma mensagem que não era verdadeira. -----

----- Há uma coisa que eu acho que a Senhora Presidente, depois de tudo isto, e aliás ainda vamos fazer a avaliação, porque agradeço que o requerimento que lhe foi feito lhe dê continuidade e que me dê, eventualmente, a oportunidade de podermos avaliar com os Técnicos da Autarquia e com a verdade das faturas, podermos avaliar a rigor a dívida nem que isso me prejudique, ou nem que isso venha prejudicar de facto os valores em que eu acredito e em que eu, de facto, estou convicto de que existam. -----

----- Mas, para além disto, há uma coisa que é importante e eu acho que era de todo dever e que o devia fazer, era que a Senhora Presidente se retratasse relativamente à posição que tomou no jornal e que levou ao conhecimento da opinião pública de uma dívida que não existe, de uma coisa que não é verdade e uma dívida que não existe, da qual lhe digo sinceramente Senhora Presidente é



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 20

que eu nessa dívida sou responsável de uma pequena quota-parte e também lhe quero dizer que essa pequena quota-parte foi sempre para aproveitar fundos comunitários, fundos comunitários que trouxeram para Freixo mais de cinquenta milhões de euros, o que significa que a Câmara de Freixo aumentou a sua dívida mas, aumentou-a com a nítida sensação de que Freixo não podia nem pode, e isso que fique bem claro, não pode abdicar da cativação de fundos comunitários sob pena de ficar para trás, de que os outros avancem e nós fiquemos para trás. -----  
----- Por isso, queria dizer-lhe que, também só para alívio de consciência de que com a nova eleição não concordo, nem comungo da sua ideia de que acabaram as grandezas, eu acho que acabou foi o desenvolvimento desta terra, acabou foi os benefícios dos Freixenistas e, os Freixenistas hoje sabem que aquilo que lhes foi prometido no passado não é aquilo que está a acontecer no presente. Muito obrigado.” -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu: “Quero dizer ao Senhor Vereador José Santos que, se teve o cuidado de ler o jornal, eu tanto disse ao jornal que eram os dezanove milhões, como também referi que havia os seiscentos e noventa mil para receber, não omiti isso. -----  
----- Em relação aos valores que estão nos contratos promessa tenho-lhe a dizer que há aqui um valor que não está correto, estes doze mil euros do Senhor António Maria Madeira, há um contrato promessa de doze mil euros mas, nem um irmão aceita nem um sobrinho, portanto nós vamos ter que refazer este contrato e tem que ir para dezoito mil e quinhentos euros, porque estas pessoas queria vinte mil euros por aquelas duas casas. Eu tive o cuidado de contactar com os herdeiros, portanto aqui ainda vamos ter que suportar mais seis mil e quinhentos euros. -----  
----- Ao Senhor Mário Constâncio a escritura foi feita mas não pagaram a dívida aos vendedores. -----  
----- A fatura não cabimentada são uns juros que estão para ser lançados, não havia cabimento mas a fatura está lá, portanto faz parte da dívida, agora eu não entendo é como é que se pode dizer que há dinheiro a receber para tudo isto, então há dinheiro a receber por duas vezes pois os novecentos e quarenta e oito mil euros que estão a abater na dívida são os novecentos e quarenta e oito mil euros que estão aqui neste mapa mas, o Senhor Vereador esquece-se de dizer que estão aqui duas colunas, uma diz recebido e outra a receber e a receber estão os novecentos e quarenta e oito mil euros mas ao lado está outra coluna que diz a pagar e neste a pagar temos aqui oitocentos e dezanove mil setecentos e oitenta e nove, portanto o que é que sobra aqui? Há valores a pagar, não é só a receber,



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 21**

agora, as instruções que deu foi sim Senhor para aparecer aqui em baixo a receber o valor faturado, novecentos e quarenta e oito mil, e o resto que há para pagar ainda? -----

----- Daqui a pouco eu herdei uma Câmara cinco estrelas e temos dois milhões de dívida fora daquilo que vai ser pago pelo PAEL e pelo Reequilíbrio, temos dois milhões e trezentos mil euros de dívida sem qualquer financiamento, agora eu quero que este Senhor me diga como é que tinha intenções de pagar uma dívida quando as receitas que temos não chegam sequer para aquilo que nós temos que suportar de despesas correntes, como é que vamos pagar dois milhões e trezentos de dívida que estão aqui e eu mostro-lhe porque tenho aqui o documento.” -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Vereador José Santos que referiu: “Senhora Presidente quero dizer-lhe o seguinte, por acaso temos aqui o Eng.º Ricardo, que eu não quero crucificar, porque no fundo é um Técnico e que sabe que esse valor dos novecentos e cinquenta mil euros é um valor do já faturado, uma parte desses novecentos e cinquenta mil euros não consta do que está aí dos pedidos de pagamento e a receber nem a pagar, essa parte tem a ver com faturas que já estão cá mas que ainda não foi feito o pedido de pagamento, não tem nada que ver com aquilo que a Senhora está a falar do final desses projetos que estão por realizar, portanto não confunda as coisas, o Ricardo está aqui para, se eventualmente o quiser, dar uma explicação.” -----

----- Foi cedida de seguida a palavra ao Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Eu na altura elaborei este mapa a pedido do anterior Presidente da Câmara, Senhor José Santos, no fundo para dar a conhecer o ponto da situação relativamente aos projetos comunitários. -----

----- Eu tentei elaborar este mapa no sentido de dar a entender os recebimentos que o Município teria, digamos, a usufruir a receber não é, no curto prazo, mediante pedidos de pagamento que já tinham sido lançados em plataforma do ON2 e no médio e longo prazo, ou seja, seria mais talvez seis meses talvez seis meses a um ano. É claro que a curto prazo teríamos a receber um valor de quatrocentos e vinte e seis mil e a pagar deste valor aqui, após recebermos esse dinheiro que teríamos que justificar, teríamos a pagar trezentos e quinze mil, contudo para recebermos este montante teríamos que pagar ainda um anterior que já tínhamos recebido que são quatrocentos e trinta mil euros que, efetivamente, era uma fatura também em dívida, parte de faturas que têm a ver com o Centro Histórico, é claro que isto tudo somado dão os valores que dão, é claro que, tanto



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 22**

---

no curto como no médio e longo prazo a receber o total rondaria os novecentos e cinquenta mil euros e por acaso a pagar bastava fazer o somatório, agora, estes montantes que se encontram aqui espelhados, isto tem a ver com faturas que se encontravam a esta data, dezassete de outubro, em contabilidade, ou seja, havia aqui as faturas que aqui constam, os valores que aqui constam alguns, efetivamente, não estavam pagos e aqui basta fazer os cálculos para chegar aos cerca de oitocentos mil euros, seria esse montante.” -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Já agora eu permitia-me pôr uma questão: Se, por acaso, houvesse faturas que ainda não estavam em contabilidade, com essas faturas já se estava em condições de ser pedido o financiamento e, portanto, esse financiamento também aumentava?”-----

----- Foi cedida de seguida a palavra ao Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Evidente, se houvesse faturas, é assim, é claro que, nós para fazermos um pedido de pagamento temos que ter a fatura em nossa posse, chama-se a isso um adiantamento e tudo depende, há projetos que são a oitenta ou oitenta e cinco, a maior parte deles é a oitenta e cinco por cento, outros a setenta, é conforme, agora temos que ter na nossa posse a fatura, que pode ela estar paga ou não, para pedirmos o dinheiro do fundo comunitário de apoio.” -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Vereador José Santos que referiu: “Para esclarecimento mais da verdade às faturas que estão aqui e que são aqueles projetos que, eventualmente, temos a receber e temos a justificar e há as faturas que estão em contabilidade e que ainda não foram objeto de pedido de pagamento que são essas faturas que nós já sempre avaliávamos porque, já é uma dívida, já entraram na contabilidade da Câmara e que ainda não foi feito o pedido de pagamento mas que existe ali os oitenta e cinco por cento a fundo perdido e que temos que receber, é esse o valor que está aqui, é esse o valor que está em causa, é esse valor que nós vamos ter que encontrar quando a Senhora Presidente nos puser à disposição o espaço e os referidos Técnicos para que a verdade seja de facto reposta.” -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu: “Senhor Vereador, ainda não foi recebido porque o Eng.º Ricardo não tem estado presente, ontem eu tive o cuidado de lhe ligar, não sei se não me atendeu



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 23

ou se me desligou a chamada, para o informar que o Eng.º Ricardo só hoje é que estaria cá, não vou andar todos os dias atrás de si a telefonar-lhe, se tivesse o cuidado de ver quem é que lhe tinha ligado sabia que hoje podia estar aqui.” -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Vereador José Santos que referiu: “Relativamente a esses dois milhões de que falou que estão fora do PAEL e que foram, efetivamente, despesa feita e contraída desde a altura em que o PAEL foi apresentado e faturas que legalmente não poderiam entrar no PAEL nem no Reequilíbrio Financeiro, portanto já não era possível e portanto essas faturas de que fala estão contempladas na dívida, portanto não vale a pena dizer que estão ali mais dois milhões, não, com base naquilo que a Senhora quer fazer valer são dezasseis milhões e meio de euros, é aquilo que é e não vale a pena batermos mais nisso porque, aquilo que tem que fazer é tocar o barco para a frente, assumir aquilo que tem que assumir, porque de facto, foi aquilo que os Freixenistas disseram é que a Senhora era a Presidente e portanto faça favor de gerir.” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Relativamente a esta questão, isto está-se a tornar um bocado estranho já, para não usar outras palavras e, relativamente a isto dos dezanove, dezassete, para mim está completamente esclarecido basta olhar para aqui e perceber o que é que isto realmente significa mas, houve aí uma coisa que realmente me preocupa que são os tais, que se falou agora, os dois milhões além do PAEL e do Reequilíbrio. -----

----- Eu só gostava de saber se esses dois milhões foram contraídos após a Lei dos Compromissos, porque caso tenha sido após a Lei dos Compromissos isso é grave e, gostava de ser esclarecido relativamente a isso. É só.” -----

----- Foi de seguida dada a palavra à Senhora Chefe de Divisão Dr.<sup>a</sup> Antónia Coxito para esclarecer esta questão tendo referido: “Não são dois milhões são cerca de um milhão e seiscentos mil mas, independentemente que não é isso que está em causa, obviamente que toda essa dívida foi feita, foi assumida após a Lei dos Compromissos basta ver a data em que se iniciou a Lei dos Compromissos, agora isso também não significa que estejamos a lançar dívida para além dos compromissos, com exceção desta, dos trezentos e setenta e dois que estavam aí a referir que na altura nem era só a questão dos compromissos era questão de não termos, digamos, àquela data rúbrica orçamental para poder ser lançada, isso foi do conhecimento público. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 24

----- Agora, a Lei dos Compromissos o que tem que ver é com os três meses é se à data em que nós lançamos o compromisso se temos ou não temos valor disponível de compromisso e isso nós temos enviado sempre para a DGAL, nós temos enviado sempre toda essa informação para a Direção-Geral do Tesouro e a seu tempo, se houvesse alguma coisa a referir sobre o assunto teríamos sido informados como deve ser do seu conhecimento.” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Miguel Gata que referiu: “Esta questão da dívida acho que pode ser minorada, desde que, a mesma Divisão Administrativa e Financeira que se pronunciou em final de Agosto sobre o valor total da dívida, que estava em dezassete milhões e qualquer coisa mais, hoje, também aqui, pudesse pronunciar-se sobre o valor da mesma dívida, ou seja, se pegarmos na mesma fonte ela poderá indicar-nos com claridade qual é que é o valor da dívida ao momento atual. -----

----- Mas, esta discussão da dívida já é uma discussão bastante antiga e a confusão já não vem de agora, a confusão já vem de alturas de meados de agosto quando, e tenho aqui a notícia do jornal nordeste, quando na altura o então Presidente da Câmara afirmava que e passo a citar *«a dívida preocupa-me muito, no entanto há que salientar o facto de neste momento já estar em fase descendente, chegou a ser de quase dezassete milhões, portanto não atingiu os dezassete, foi quase de dezassete, e neste momento já se situa abaixo dos quinze milhões»*, portanto catorze e qualquer coisa, garante o candidato Socialista em pré-campanha na altura, isto à data de vinte de agosto. Uma semana depois destas declarações na imprensa, uma semana depois, temos a informação da Divisão Administrativa e Financeira a indicar-nos que o valor da dívida afinal não é nem dezassete nem abaixo de quinze mas que é de dezassete milhões seiscentos e vinte e cinco mil o que se considera, pelo menos, estranho e quando refiro o valor da dívida ser uma discussão já bastante antiga, eu comecei a ouvir falar deste problema da dívida há oito anos aquando aqui da discussão também do primeiro Orçamento e na altura a dívida era uma coisa, herdada também, este problema já vem das heranças, eu herdei muita dívida, o outro que vem a seguir herda muita dívida e por aí adiante e a dívida era naquela data catastrófica, era incomportável em dois mil e cinco, obrigava a aplicar medidas drásticas, aliás tenho aqui um documento, que é uma revista, aliás vocês devem conhecer muito bem que é o Freixo Aberto, que é um exemplo de transparência e é pena hoje, recomendava até que se fizesse novamente a publicação desta revista onde, aqui sim, há transparência e pudemos ver o valor da dívida herdada, aqui na página oito, que se



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 25

situa em vinte e um de outubro de dois mil e cinco, em onze vírgula um milhões e hoje estamos aqui a discutir se é dezassete, se é dezanove, se é vinte e um. Esses onze vírgula um milhões que foram herdados, que na altura obrigavam como diz aqui, à aplicação de medidas drásticas, hoje obrigam a quê? Pergunto eu. Hoje qual é a classificação que vamos dar à situação financeira do Município? Calamidade financeira? Pergunto eu. Será calamidade financeira. -----

----- Na altura o novo Executivo foi obrigado a rescindir contratos de pessoal que tinha a prazo, foi obrigado a renegociar o pagamento à banca e fornecedores, com a ideia, que passou para a opinião pública, de que se tinham, na altura, ultrapassado todos os limites aceitáveis do endividamento. -----

----- Sabemos agora que este valor, de onze milhões cento e cinquenta e dois mil, portanto onze vírgula um em dois mil e cinco, não era o final da linha, este valor era um apeadeiro da locomotiva do endividamento que, debaixo da alçada fiscalizadora desta Assembleia Municipal durante estes últimos oito anos, foi permitindo que ano após ano se cavalgasse ao ritmo de um milhão, meio milhão, não sabemos ainda porque carecemos desse esclarecimento, mas se hoje está nos dezanove com foi dito no jornal, no Mensageiro de Bragança, se hoje está nos dezanove, então são de facto oito milhões em oito anos, o que de facto, obra foi feita, o valor dessa obra foi sufragada nas últimas eleições e portanto a respeito disso estamos vistos. -----

----- Comparativamente, e quando se diz aqui que o valor pelo qual o último Executivo em funções é responsável, que é uma pequenina quota-parte, está aqui, Senhores Deputados e Público, a dívida a empreiteiros em dois mil e cinco e em dois mil e treze. E estes dados que vocês estão aqui a ver, a amarelo o ano de dois mil e cinco e a vermelho a de dois mil e treze, são fruto daquilo que foi retirado da informação do mesmo Executivo, portanto a de dois mil e cinco retirei a informação daqui, deste boletim publicado pelo Executivo e a de dois mil e treze retirei-a da informação que o Departamento Financeiro da Autarquia publicou em agosto deste ano, com um intervalo de oito anos, com a mesma fonte, para que não houvessem dúvidas, a diferença da dívida a empreiteiros está aqui; Dois mil e cinco: duzentos e oitenta e dois mil euros; Dois mil e treze: dois milhões e setecentos mil. -----

----- Dívida a fornecedores, também está aqui o gráfico, setecentos mil para um milhão e seiscentos mil. -----

----- Empréstimos à banca, havia oito milhões e quatrocentos mil. Agora nove milhões e quatrocentos mil. Mais um milhão, embora com estas diferenças o aumento está aqui à vista. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 26

----- Portanto, com isto tudo que está aqui apresentado, o que é que o público e a população quer saber, quer saber o deve e o haver, porque as pessoas não estão interessados em detalhes, querem saber: deve-se tanto, há a receber tanto. E é essa explicação que deve ser dada aqui. -----

----- Sobre o facto de os projetos serem financiados a oitenta e cinco por cento, há que referir que esses oitenta e cinco por cento é do financiamento elegível, que nem todo ele é elegível e depois ainda carece mais do IVA, que são nas Autarquias seis por cento. Portanto estes oitenta e cinco por cento não é os oitenta e cinco por cento que nos querem fazer passar e portanto muitos projetos não são a oitenta e cinco por cento. É sobre o investimento elegível. -----

----- Para terminar informar-vos que esta casa deveria ser gerida como a nossa casa pessoal e não ser gerida como uma fábrica de sonhos. Isto não pode ser uma fábrica de sonhos para alimentar o ego daqueles que por cá passam, uns atrás dos outros, portanto isto não pode ser projetos em cima de projetos, devemos seleccionar com critério os projetos que são fundamentais e necessários para o Município e para as pessoas, porque isto de aproveitar tudo quanto vem à rede para nos lançarmos em obras e em empreitadas é a mesma coisa que irmos ao supermercado e comprarmos todas as promoções que estão lá em vigor. -----

----- Em relação às obras, já falámos aqui sobre a piscina municipal. A piscina municipal, infelizmente, teve que ser encerrada, era uma das questões que eu queria colocar também, e aqui o Senhor Deputado Nuno Ferreira acabou por a colocar por mim, porque é que a piscina fechou, não é? E quais os custos que ela tinha mensalmente para a Autarquia, porque isso é que é importante, porque se de facto nós não podemos ter uma piscina daquelas não a tínhamos feito, ou não a tínhamos feito daquela forma. Porque Freixo viveu muito bem durante oitocentos anos ou oitocentos e cinquenta anos sem piscina municipal, poderia esperar mais alguns anos para ter piscina, se essa fosse a necessidade das finanças da Autarquia. Portanto, se não havia possibilidade de entrar de cabeça numa obra dessas esperava-se mais um pouco porque o mundo não acabava agora, em dois mil e doze, como alguns apregoavam. -----

----- Em relação àquilo que eu tinha a dizer sobre a dívida é isso, acho que da Divisão Administrativa e Financeira, uma vez que foi de lá que surgiu em agosto a indicação dos dezassete milhões e setecentos mil, acho que devia vir agora também, da mesma fonte e da mesma origem a indicação, era isso que tinha a dizer”. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 27**

----- Usou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Isto é uma recomendação, eu entendo como uma recomendação ao Executivo, porque é o Executivo que é o responsável por nos apresentar a situação. Nós estamos aqui para a apreciar e para a discutir, obviamente.” -----

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.<sup>a</sup> Antónia Coxito, que referiu: “Gostaria um pouco de falar em resposta ao tom acusatório relativamente à parte da Divisão Administrativa e Financeira. -----

----- Eu informo que de facto a metodologia que utilizo hoje e, hoje que está aqui, data de vinte do doze é exatamente a mesma que foi utilizada à data de dezassete do dez e é exatamente a mesma que foi utilizada em agosto e em alturas anteriores.” -----

----- Usou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “A intervenção da Dr.<sup>a</sup> Antónia é apenas no sentido de, naturalmente com a anuência da Senhora Presidente da Câmara, no sentido de dar algum esclarecimento sobre os números, não é de modo nenhum, digamos, para se justificar, porque não é a Dr.<sup>a</sup> Antónia que tem que se justificar. Quem tem que se justificar é o Executivo, porque é o Executivo que responde perante a Assembleia”. -----

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.<sup>a</sup> Antónia Coxito, que referiu: “Só para concluir esqueceu-se talvez de fazer aí referência, eu não posso dizer em concreto os números, quando referiu os quinze milhões e qualquer coisa que, também foi referido que se o FEF não tivesse diminuído numa grandeza de vinte e cinco ponto qualquer coisa, vinte e cinco ponto três se não me engano, à data da Lei das Finanças Locais, dois mil e sete, ou seja, retirando todo aquele montante que a Administração Central deveria ter transferido para as Autarquias conforme tinha sido planeado, fazendo todas essas contas para a data desde dois mil e sete até dois mil e treze o que é o Município perdeu, e perdeu, porque foi progressivamente reduzido até uma taxa de quinze ponto seis, se não me engano, o que é basicamente o que a nova Lei das Finanças Locais nos vai permitir fazer agora, ou seja, fazendo esse abatimento, de que nós tínhamos direito que rondava, se não me engano, cerca de quatro milhões, não tenho presente, porque obviamente não



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 28

trouxe esse documento comigo porque já foi feito algum tempo mas é muito fácil, chega lá em baixo ao meu gabinete e depressa lho posso apresentar. -----  
----- Mas, o que eu quero dizer é que a metodologia aqui apresentada é a metodologia sugerida no anuário financeiro que é publicado todos os anos, estou a seguir exatamente a mesma, ou seja, eu não estou a fazer contabilidade do Município com base em regras estranhas, estou-me a cingir àquilo que é contabilidade comumente aceite a nível municipal, é só isso que lhe queria transmitir”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Eu prometo ser breve, até porque temos mais pontos para debater mas não podia deixar passar algumas situações que aqui foram proferidas, nomeadamente em relação aos gráficos. -----

----- Eu suponho que com o avançar dos anos haja evolução para isso é que se trabalha para isso é que se quer fazer progresso. -----

----- Respondendo também à sua questão, referiu aí que a dívida aumentou dois milhões entre dois mil e cinco e também à data de agora, em relação àquilo que foi dito. -----

----- Os projetos dos fundos comunitários, e hoje está a vista de todos, foi na ordem dos cinquenta milhões. -----

----- Em relação às obras que foram realizadas, estão à vista de todos e isso já ninguém pode tirar de Freixo de Espada à Cinta, porque não é por estarmos no Interior do País que não temos direito àquilo que têm direito as grandes cidades, Portugal é apenas um e Freixo também faz parte do mesmo. -----

----- Em relação, neste caso à Divisão Contabilidade, seja a Divisão da Contabilidade ou seja qualquer outro órgão do Município, acredite que nunca aqui irei por em causa os funcionários do Município, cada um tem as suas diferentes ideias mas estou certo de que cada qual trabalha em prol do Município e é profissional e isento naquilo que faz, tal como eu próprio que estou aqui na função de Deputado mas também sou funcionário do Município e sei dissociar ambas as partes, aqui o meu dever é zelar pelos interesses do Município, o meu dever como funcionário é também zelar pelos interesses do Município, ou seja ambos convergem. -----

----- Para acabar não se deve atirar pedras quem também por vezes tem telhados de vidro, tal como o anterior Presidente esteve a governar durante oito anos, também houve outros a governar durante oito anos e também acrescentaram dívida de onze milhões e tal e também esses mesmos tiveram resposta nas



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 29**

eleições, por isso, antes de acusarmos seja o que for devemos pensar e ponderar, é só”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Miguel Gata que referiu: “Exercendo o direito de resposta, do qual penso que tenho direito, para responder aqui ao repto lançado pelo Senhor Deputado que, de facto, os Freixenistas têm os mesmos direitos que o restante País mas, nós também temos que perceber qual é que é a nossa dimensão, o nosso enquadramento, a nossa capacidade para dar resposta às necessidades das populações, porque há de facto Concelhos em melhor situação financeira do que nós e há outros que não podem dar essa resposta, ou seja, mediante aquilo que nós temos de capacidade e de possibilidades assim vamos responder às pessoas e às necessidades das pessoas, não podemos dizer que em Lisboa há isto e aqui também teremos isto porque as realidades são diferentes e são distintas, isto em relação aos mesmos direitos. -----

----- Disse aqui que nunca poria em causa os funcionários do Município, penso que eu também não o fiz, aquilo que eu coloquei aqui foi uma questão que me parece justa e correta que é, a mesma Divisão Administrativa e Financeira que publicou em agosto se pronunciasse agora sobre a mesma dívida, foi só isso que foi pedido aqui, penso eu, se não estou em erro. -----

----- Quanto ao zelar pelos interesses dos Municípes, tal como o Senhor Deputado está aqui a zelar pelos interesses do Municípes, que votaram nas últimas eleições no partido que o elegeu, também eu estou a desempenhar as mesmas funções por aqueles que escolheram outra opção e outro caminho. -----

----- Quanto aos telhados de vidro, e para terminar, os telhados de vidro a mim não me assentam porque olhe as minhas mãos até aqui estão limpas, limpas e não tenho qualquer responsabilidade por aquilo que foi a dívida anterior a este Executivo, nem a anterior, nem coisa que o valha, portanto eu acho que cada pessoa é uma pessoa e, felizmente não somos todos iguais e infelizmente, às vezes, também não somos todos iguais e deixo-lhe esta última nuance para que analise as palavras que lhe deixo porque elas têm muito conteúdo se forem bem compreendidas.” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação àquilo que foi aqui dito eu quero dizer-lhe uma questão, a sua própria Presidente a seguir às eleições disse, prometo ser a Presidente de todos, tal como eu prometo ser o Deputado de todos os Municípes de Freixo e já não se trata nem de PS nem de PSD, tal como você quer aqui elencar, você está nesse lugar para



defender os interesses de Freixo tal como eu estou ali, ambos temos opiniões diferentes que é para conseguirmos zelar pelo melhor para a nossa terra, é isso que devemos fazer e não para termos a postura de estarmos aqui a atacar-nos mutuamente, é bom continuarmos a trabalhar e passemos aos próximos assuntos, cada um toma as medidas que quer”. -----

**----- DOIS PONTO TRÊS - INFORMAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2012 – TOMADA DE CONHECIMENTO; -----**

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária de dezembro de dois mil e treze. -----

**----- DOIS PONTO QUATRO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2014 – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente para efeitos de discussão e votação a proposta que a seguir se transcreve. -----

**Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da  
Assembleia Municipal**

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando:

- a) *Resultem de planos ou programas plurianuais* legalmente aprovados;



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata n.º 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 31**

b) *Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,58 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

Considerando que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local.

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados.

**Face aos considerandos enunciados propõe-se que**, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, **a Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta delibere (em reforço do consentimento legal previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho):**

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, **emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais**, nos casos seguintes:

**a. Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;**

**b. Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil Euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;**

**c. Em que os Planos de Liquidação dos Pagamentos em atraso**, acordados com os credores, nos termos do artigo 16º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, gerem compromissos plurianuais.



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata n.º 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 32**

- 
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.
4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2014.

Freixo de Espada à Cinta, 12 de dezembro de 2013

**A Presidente da Câmara**

Maria do Céu Quintas

----- Não havendo intervenções a registar sobre este ponto da ordem do dia, foi a proposta de dispensa de autorização prévia posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**----- DOIS PONTO CINCO – PROJETO SAMA – SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente o Projeto SAMA, sistema de apoio à modernização administrativa e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 33**

----- Seguidamente, foi cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentar este ponto tendo referido: “Trata-se de um projeto de Modernização do Sistema Administrativo que já vem do Executivo anterior. Têm aqui a proposta. Trata-se de um projeto de carácter estratégico ao nível da melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados pelo Município às empresas e aos cidadãos e contribuindo deste modo para os esforços de modernização administrativa em curso em consistência com os objetivos nacionais e regionais estabelecidos neste domínio. -----

----- É um projeto com carácter prioritário, no sentido em que a implementação tem primazia em relação a outros eventuais projetos ou necessidades de investimento dos beneficiários e pode ser concretizada no prazo máximo de vinte e quatro meses após a contratualização do financiamento. -----

----- Eu entendo que ele é necessário porque o nosso sistema informático precisa de ser renovado, a Câmara suportará quarenta e dois mil, quatrocentos e dezassete euros e cinquenta e oito cêntimos e terá um custo de duzentos e quarenta mil trezentos e sessenta e seis euros. -----

----- É um projeto que já vem do Executivo anterior e que eu mantenho”. -----

----- Seguidamente, solicitou a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Relativamente a este assunto, tenho apenas a dizer que do pouco que conheço do sistema informático da Câmara, que é mesmo muito pouco, não tenho grande conhecimento sobre isso, mas daquilo que se vê, que está à vista, facilmente se constata que precisa realmente de melhorias. -----

----- É certo, são quarenta e dois mil quatrocentos e dezassete euros e cinquenta e oito cêntimos, mas acredito que seja de aproveitar este financiamento para a remodelação, uma vez que se tiver que ser a Câmara a suportá-lo, mesmo no longo prazo não acredito que tenha capacidade para o fazer suportando a totalidade do investimento, portanto, da minha parte, acho que é um bom projeto, independentemente de quem o tenha iniciado, acho que foi uma boa aposta, é só”.

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Quero apenas aqui elencar que, realmente é bom que consigam manter um projeto que realmente é necessário, até porque o anterior Executivo tinha essa preocupação com vista à modernização administrativa, é bom trabalhar nesse sentido e aproveitar aquilo que realmente vai trazer benefícios no futuro a este Município”. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 34**

----- Não havendo outras intervenções a registar, foi a proposta posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**----- DOIS PONTO SEIS – DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente uma missiva da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho, no sentido de a Assembleia Municipal designar quatro cidadãos para integrarem a referida Comissão. -----

----- Seguidamente pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista foram apresentados os Senhores Manuel Augusto Frade, Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, António Augusto Afonso e Joaquim Vitor Bento Pereira para integrarem a Comissão. -----

----- O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou as seguintes pessoas: Senhora Maria de Lurdes Alves Lobão, António Manuel Morgado Tavares, Senhora Ana Matilde Chiote Reais Gouveia e a Senhora Susana Maria Pintado Jorge. -----

-----O Grupo Parlamentar do PSD propôs que se chegasse a um consenso no sentido de apresentar uma lista contendo elementos e cada uma delas, ao que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não anuiu.-----

----- Por esse facto, foram as propostas postas à votação por lista e escrutínio secreto tendo sido dada à proposta do Partido Socialista a designação de lista A e á proposta do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata a designação de lista B. -----

----- Do escrutínio secreto verificou-se que a LISTA A obteve onze votos e a LISTA B obteve oito votos. -----

----- Verificou-se então que os cidadãos a integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho são os Senhores: Manuel Augusto Frade, Nuno



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 35

Manuel Rocha Gomes Ferreira, António Augusto Afonso e Joaquim Vitor Bento Pereira. -----

**----- DOIS PONTO SETE – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGANÇA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o ponto em referência tendo sido solicitado aos Grupos Parlamentares a apresentação de candidaturas para nomearem um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para integrarem a Assembleia Distrital de Bragança. -----

----- O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata indicou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Poiães, Senhor Rui Portela, ficando assim como lista A. -----

----- O Grupo Parlamentar do Partido Socialista indicou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ligares, Ademar Bento, ficando assim como lista B. -----

----- Postas à votação as listas verificou-se que a lista A teve três votos, a lista B teve catorze votos, houve ainda um voto branco e um voto nulo. Assim, perante o resultado o representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital de Bragança será o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ligares, Senhor Ademar Bento. -----

**----- DOIS PONTO OITO – ELEIÇÃO DE 2 DEPUTADOS EFETIVOS E 2 DEPUTADOS SUPLENTE COMO MEMBROS DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMDOURO – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente uma missiva da Comunidade Intermunicipal do Douro no sentido de serem eleitos dos membros efetivos e dois membros suplentes para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO. -----

----- O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou como elementos a integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO os membros



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 36

Senhores Ivo André Quintas Palmeirão, como membro efetivo e Miguel Ângelo Alves Gata, como membro suplente, ficando estes como LISTA A, o grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou como membros a integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO os Senhores António Augusto Guerra Nunes dos Reis e Manuel Augusto Frade, como membros efetivos e os Senhores Ângelo Eduardo Massa Fortuna e António Augusto Afonso, como membros suplentes, ficando estes como sendo a LISTA B. -----

----- Após votação por escrutínio secreto e verificando-se que os Presidentes de Junta de Freguesia não podiam votar verificou-se o seguinte resultado. -----

----- Lista A - 7

----- Lista B - 8

----- Assim, foi deliberado indicar como membros a integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO como membros efetivos os Senhores António Augusto Guerra Nunes dos Reis e Ivo André Quintas Palmeirão e como membros suplentes os Senhores Ângelo Eduardo Massa Fortuna e Miguel Ângelo Alves Gata. -----

**----- DOIS PONTO NOVE – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o ponto em referência, não havendo qualquer membro que se tivesse inscrito para uso da palavra sobre este ponto da ordem do dia. -----

----- Em seguida, foi presente uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista no sentido de indicar como representante dos Presidentes de Junta de Freguesia o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lagoaça e Fornos, Carlos Alberto Novais. -----

----- A seguir procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo o mesmo sido designado por unanimidade, com doze votos a favor e sete votos brancos, como representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 37**

**----- DOIS PONTO DEZ – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE E SUPLENTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o ponto em referência, não havendo qualquer membro que se tivesse inscrito para uso da palavra sobre este ponto da ordem do dia. -----

----- Neste seguimento, foi presente uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista no sentido de indicar como representante efetivo dos Presidentes de Junta de Freguesia o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco, Raul de Jesus Rocha Ferreira e como membro suplente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ligares, Ademar Bento. -----

----- Seguidamente, procedeu-se à votação por escrutínio secreto tendo os referidos Presidentes de Junta de Freguesia sido eleitos por unanimidade, com onze votos a favor e oito votos brancos como representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

**----- DOIS PONTO ONZE – DECRETO-LEI N.º 17/2009, DE 14 DE JANEIRO – COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA – PROPOSTA. VOTAÇÃO. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o ponto em referência, não havendo qualquer membro que se tivesse inscrito para uso da palavra sobre este ponto da ordem do dia. -----

----- Neste seguimento foi presente uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista no sentido de indicar como representante dos Presidentes de Junta de Freguesia o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ligares, Ademar Bento. -----

----- A seguir procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo o mesmo sido designado por unanimidade, com doze votos a favor e sete votos brancos, como representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 38**

**----- DOIS PONTO DOZE – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE  
FREIXO DE ESPADA À CINTA – SUPLEMENTOS DE REFEIÇÃO –  
DISCUSSÃO E TOMADA DE POSIÇÃO. -----**

----- Sobre este ponto da ordem do dia usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Esta questão foi-me colocada enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Não tomei posição alguma. Limitei-me a pedir esclarecimentos por escrito à Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas que atempada e rapidamente me respondeu através uma carta. Aliás, a correspondência foi-vos distribuída e que tem a ver com aquilo que eu chamei, a supressão de refeições e que depois fui emendado, fui esclarecido pela Senhora Diretora de que não se tratava de refeições mas de suplementos de refeição. A questão está colocada quer no meu ofício quer no ofício de resposta da Senhora Diretora e depois há um terceiro ofício, que eu julgo que também vos foi distribuído da minha parte, onde eu referi que agradecia a resposta e onde comunicava que traria este assunto à Assembleia Municipal para a Assembleia apreciar e tomar alguma posição se entendesse que a deveria tomar. Vou abrir um período de debate. Quem quer usar da palavra?” -----

----- Solicitou a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação a este ponto sobre a retirada de suplementos, segundo aquilo que nos chegou às mãos, mediante aquilo que o Excelentíssimo Presidente enviou, eu gostaria de salientar que da parte da Bancada Parlamentar do Partido Socialista em relação às penalizações ou castigos, se assim lhe quisermos chamar, àquilo que é mencionado neste ofício da retirada de suplemento, nós somos totalmente contra, até porque isso é antipedagógico e não deveremos ir por essa parte da retirada de suplementos quando a base essencial é a alimentação para crianças que são desfavorecidas e não têm sequer, muitas vezes, o que comer, principalmente algumas delas até a tomar o pequeno-almoço. -----

----- Aproveitamos sim para salientar que devem ser tomadas posições, mas sim, outro tipo de penalizações que não sejam mexer com a alimentação das crianças uma vez que estão em fase de formação e de crescimento” -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Se bem entendi, já houve aqui uma tomada de posição por parte do Partido Socialista. Se a Assembleia assim o entender, eu iria pôr essa questão à



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 39**

votação da Assembleia para ser enviada, ou para ser dado conhecimento ao Agrupamento de Escolas.” -----

----- Usou a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Senhor Presidente da Assembleia, nós vamos votar especificamente o quê? -----

----- Usando de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu: “Vamos votar se efetivamente a Assembleia entende que deve ser enviada ou não, aquilo que eu entendi, como uma tomada de posição apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Ferreira. Se não for assim peço ao Senhor Deputado para me emendar. Eu interpretei o que o Senhor Deputado disse do seguinte modo: sem pôr em causa o legítimo exercício da disciplina por parte da Escola aos alunos indisciplinados ou mal comportados, sem por em causa o princípio da disciplina e da imposição dessa disciplina, a esta Assembleia parece desajustado que uma das formas de castigo seja a retirada de suplementos alimentares a crianças especialmente se carenciadas”. -----

----- Usou de novo da palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Ou seja, vamos informar a Escola que, para a Assembleia, não vemos com bons olhos a retirada do dito suplemento. Deve sim haver um castigo que não esse”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Manuel Frade que referiu: “Eu penso que é importante ler aquele segundo parágrafo. Fazendo fé no que ali se afirma julgo que isso pode influenciar o sentido de voto, eu ali leio, a atribuição de suplemento alimentar recorre de uma identificação de alunos carenciados, isto é, foi feita uma identificação dos alunos pelos professores titulares, diretores de turma, aos quais é necessário garantir suplemento alimentar, parece-me portanto, salvo melhor opinião, foi feito um inventário dos alunos a quem é, como se diz ali, necessário garantir um suplemento alimentar. -----

----- Eu julgo que partindo daqui, e tendo em conta que o Senhor Presidente propôs que a Assembleia se pronunciasse no sentido de dizer que, se bem recordo, dizer que entende deve haver uma ação penalizadora sobre os alunos que se portam mal, mas sem ser retirado o suplemento alimentar”. -----

----- Usou de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Sem por em causa a necessidade de impor a disciplina aos alunos indisciplinados ou mal comportados, a esta Assembleia parece-lhe que não é



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 40**

adequado que esse castigo passe pela retirada de suplementos alimentares. E a propósito da questão que colocou o Senhor Deputado Manuel Frade parece-nos que a melhor maneira de disciplinar os alunos não seja retirar-lhes uma coisa que se mostra necessário garantir”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Sinceramente parece-me que nos estamos a meter num assunto que não tem muito a ver connosco”. -----

----- Usou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Este é um assunto, e não é por acaso que a Assembleia participa no Conselho Municipal de Educação, que me foi colocado, enquanto Presidente da Assembleia. -----

----- Eu penso que qualquer assunto de relevância para o Município é do cabimento desta Assembleia. Mas melhor do que ninguém, os Senhores Deputados o dirão.” -----

----- Solicitou de novo a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Já agora gostava de ouvir a opinião do Executivo relativamente a este assunto, uma vez que também devem ter algo a dizer”. -----

----- Uma vez que por parte do Executivo quem ia usar da palavra era o Senhor Vice-Presidente, Artur Parra, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi referido: “Eu peço desculpa, mas, por razões que são óbvias, que eu me escuso de citar, a Senhora Presidente pode usar da palavra, mas o Senhor Vereador Artur Neto Parra não o deve fazer porque há razões que me parecem que são óbvias e que o impedem de usar da palavra a este respeito”. -----

----- Há um impedimento para os Senhores Deputados que eu entendo que deve ser extensivo aos membros da Câmara quando participam na Assembleia, quando por si ou como representante de outra pessoa nele tenha interesse o seu cônjuge, ou algum parente em linha reta. Se a Senhora Presidente quiser esclarecer, tudo bem”. -----

----- Usou de seguida a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Artur Parra que referiu: “Fora deste assunto das refeições só um aparte se me permite. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 41**

----- Apenas um reparo sobre este assunto que o Senhor Presidente da Assembleia quis empolgar e trazer à Assembleia. Para mim, este assunto não é assunto sequer para vir à Assembleia”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia que referiu: “O Senhor Vereador tem direito a participar na Assembleia, mas, salvo o devido respeito, não tem que se pronunciar sobre aquilo que a Assembleia decide”. -----

----- Usando de novo da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu: “Quer apenas terminar, se me permite, porque é que o Senhor Presidente da Assembleia se motivou com este assunto de pequena importância, e não reparou, por exemplo, que em setembro, em dezanove de setembro, a Câmara Municipal da altura devia à Escola dezasseis mil duzentos e dezassete euros de refeições, este é que era um assunto importante para o Senhor Presidente da Assembleia se preocupar, era no não pagamento que na altura o Executivo não fez ao Agrupamento de Escolas, este sim era um acontecimento a que o Senhor Presidente da Assembleia devia dar relevância e não a este pequeno caso que foi aqui apresentado na Assembleia. Obrigado”. -----

----- Usou de novo da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Eu fui benevolente, deixando o Senhor Vereador usar da palavra como utilizou, primeiro adjetivando a minha iniciativa da maneira que não me parece que seja correta, nomeadamente ao referir que quis “empolgar” ou me motivei “com este assunto de pequena importância”. Vou-me conter, mas sem deixar de lhe dizer que a importância dos problemas compete à Assembleia e ao seu Presidente, não compete ao Executivo referir se os assuntos são importantes ou não são importantes, se devem vir ou não devem vir a esta Assembleia. -----

----- Repito que me limitei a pedir, na sequência de uma questão, em que eu fui invocado enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Enquanto Presidente da Assembleia Municipal não tenho poder decisório nenhum mas, entendi que devia, primeiro, ouvir a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas e, depois, trazer este problema aqui à Assembleia. Tão simples como isto, do mesmo modo, para quem está aqui se lembra, de termos trazido outras questões de Municípios que se queixaram do Executivo porque não se faziam obras aqui ou acolá é que as discutimos aqui nesta Assembleia. -----

----- Portanto, as questões que são dirigidas à Assembleia devem ser colocadas à Assembleia”. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 42**

----- Solicitou de seguida a palavra o membro senho Ivo Quintas que referiu: “Relativamente a isto é como digo, até posso partilhar da opinião de que se pode substituir esta punição por outra, completamente de acordo, agora, como lhe disse há pouco, não vejo que esta Assembleia, não é se deva, é uma coisa que diz respeito à Escola, não nos diz respeito a nós, nem à Autarquia nem ao Executivo, acho que não faz sentido”. -----

----- Usou de novo da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “O Decreto-Lei 75/2013 diz que compete à Assembleia Municipal tomar posição perante qualquer órgão do Estado ou entidade pública sobre assuntos de interesse para o Município e penso que isto é suficientemente amplo para que nos permita estar aqui a discutir isto. De qualquer modo insisto, quem achar que sim diz que sim, quem achar que não diz que não, quem achar que se deve abster abstém-se”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Manuel Frade que referiu: “Estamos todos de acordo que não se deve tirar o lanche para castigar os alunos, convém é fazer aqui uma redação que não pareça que, ou que nos estamos a ingerir em assuntos internos da escola”. -----

----- Não havendo outras intervenções a registar foi pelo Senhor Presidente da Assembleia referido que a proposta de recomendação a votar é do seguinte teor:--- Sem pôr em causa o legítimo exercício da manutenção da disciplina por parte da Escola em relação aos alunos indisciplinados ou mal comportados, sem pôr em causa o princípio da imposição da disciplina, esta Assembleia considera desajustado que uma das formas de castigo seja a retirada de suplementos alimentares a crianças. Muito especialmente se carenciadas”.-----

A proposta apresentada foi posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com a abstenção dos membros: Armando César Lopes Fresco, Ana Luísa Silva Peleira, Ivo André Quintas Palmeirão, António Manuel Morgado Tavares, Márcia Andreia Ferreira Saldanha Frade, Miguel Ângelo Alves Gata, Mário José dos Santos Galas e Rui Miguel Roxo Portela. -----

**----- DOIS PONTO TREZE – PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 43**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente uma proposta de Regimento da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita, ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Temos vindo a viver com um Regimento da Assembleia Municipal que já provem de outras Assembleias e portanto, pelo menos desde que eu cá estou, nunca foi objeto de qualquer alteração. -----

----- O Regimento que temos, de um modo geral, nunca nos criou problemas. No entanto, desde a primeira Assembleia a que presidi entendia que tinha que se fazer alguns ajustamentos, designadamente em termos de alguma formulação. Acontece que a Lei que hoje já foi aqui muito citada, a Lei 75/2013, fez alterações profundas e que tornaram desatual o Regimento. -----

----- Por outro lado, a experiência que fui tendo ao longo destes anos permitiu-me ver que, nalguns casos, tínhamos alguma dificuldade em enquadrar determinadas situações no Regimento e portanto foi aquilo que eu pretendi fazer com esta proposta de Regimento. -----

----- Enviei a todos os Senhores Deputados o projeto de Regimento. Recebi e aliás já lhe agradei, do Senhor Deputado Miguel Ângelo Alves Gata pequenas alterações, que, julgo, são alterações de pormenor. Realmente estas alterações estão corretas. Não sei se me permitem que eu não as cite. Fundamentalmente tem tudo a ver com, por exemplo, enquanto não “foram” instaladas, onde não deve ler-se “foram” mas sim “forem”. Depois, há uns “de a” mais e um “ser” a mais. Depois uma questão que está no singular o artigo e devia estar no plural e depois há uma séria delas que do tipo “os Deputados da servem pelo período do mandato”. Obviamente falta aqui qualquer coisa, ou falta ou está a mais, o problema que aconteceu é que eu em todo o Regimento tinha sempre Deputados da Assembleia Municipal e depois achei que era desnecessário e cortei tudo e só pus Deputados. Neste caso ficou lá um da, portanto, tirando, digamos, a referência a Deputados da Assembleia Municipal, eu pessoalmente preferia que ficasse os Deputados só em vez de ser da Assembleia Municipal. -----

----- Depois umas outras alterações do mesmo teor que o Senhor Deputado Manuel Frade também me referiu, isto também é uma questão que não estava perceptível, no artigo vinte e seis dizia: «as sessões da Assembleia Municipal podem, quando necessário, reunir mais do que uma vez», isto realmente não faz sentido, não sei se se recordam no anterior Regimento dizia-se que: «as sessões podem ir até ao máximo de cinco dias no caso de ordinárias e até ao máximo de



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 44

um dia no caso de extraordinárias», isto foi alterado na Lei geral e ficou «a Assembleia pode quando necessário reunir mais do que uma vez na mesma sessão», quer dizer, nós estamos hoje aqui, espero que não seja necessário, podemos reunir amanhã ainda com a mesma ordem do dia, antigamente havia um limite, agora não há limite, esta é a que me parece mais substancial e ficaria «a Assembleia Municipal pode, quando necessário, reunir mais do que uma vez no decurso da mesma sessão» ”. -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o membro Senhora Ana Luísa Silva Peleira que referiu: “Antes de mais peço desculpa por não ter enviado as sugestões como havia sido pedido mas, se calhar precisava de ter sido enviado com mais tempo porque entretanto mete-se o Natal e as festas e foi um pouco difícil. -----

----- De qualquer forma, dentro daquilo que pude ver há aqui algumas alterações que eu sugeria, não passam de sugestões, valem o que valem mas de qualquer forma eu gostaria então de as colocar nomeadamente na página onze, para além de todos aqueles lapsos de que já falou, na página onze no ponto dois diz o seguinte: «Os Deputados têm ainda direito a: -----

- A) Participar na elaboração do Regimento, bem como, propor alterações. Isto já está na página seis na alínea a) do artigo quarto que diz o seguinte: Compete à Assembleia elaborar e aprovar o seu Regimento, isto parece um pouco redundante, portanto num lado temos que, cabe à Assembleia Municipal, a todos nós, elaborar e aprovar o seu Regimento e depois vem então na página onze que os Deputados têm ainda direito a participar na elaboração do Regimento bem como propor alterações, parece-me um pouco redundante.” -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Eu vou explicar, eu penso que o artigo quarto é genérico sobre as competências da Assembleia, depois quando se fala nas competências da mesa e nas competências dos Deputados, digamos isto é mais específico.” -----

----- Usando de novo da palavra o membro Senhor Ana Peleira referiu: “Não é apenas essa alínea, há mais duas, a alínea e) acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, que também já está na página cinco alínea a) do número dois, compete também à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, é mais uma que eu acho que está repetitivo e um outro, a alínea f) solicitar ao órgão Executivo por intermédio do Presidente da Assembleia Municipal as informações, esclarecimentos que entendam necessários mesmo fora



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 45**

das sessões da Assembleia, salvo esta última parte, também o resto já está na página cinco na alínea d) solicitar e receber informação através da mesa e a pedido de qualquer Deputado sobre assuntos de interesse para o Município e sobre a execução de deliberações anteriores, isto são apenas sugestões. -----

----- Depois gostaria aqui de um esclarecimento, eu não fui ver a Lei, confesso, mas gostaria de saber se isto se enquadra e se está lá explícito, o artigo vigésimo oitavo, o período de antes da ordem do dia que diz o seguinte: «em cada sessão ordinária da Assembleia Municipal é fixado um período de antes da ordem do dia com duração máxima de sessenta minutos para declarações políticas e tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico», declarações políticas Senhor Presidente, peço desculpa mas, quero dizer, ao longo destes últimos quatro anos eu ouvi sempre aqui dizer que esta era a casa da democracia e que os partidos ficavam um bocadinho à porta porque aqui dentro tratávamos de assuntos do interesse do Município e que não se levariam os partidos em conta, parece-me que aqui, para declarações políticas me parece um bocadinho o oposto”. -----

----- Usou de novo da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Eu, pessoalmente, acho que esta Assembleia é eminentemente política, digo eu, mas não tenho problemas nenhuns de cortar isso”. -----

----- Usou de novo da palavra o membro Senhora Ana Peleira que referiu: “Não me parece que seja, antes da ordem do dia haver declarações políticas não me parece que caiba aqui”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Manuel Frade que referiu: “Deste modo limitamos isto só a tratamento de assuntos gerais e interesse autárquico e pode haver por exemplo, votos de pesar, se calhar estamos a reduzir muito”. -----

----- Usou de novo da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “ Sempre, aqui na Assembleia, foram tratadas questões que têm, nitidamente uma poção de declarações políticas, designadamente, relativamente ao feriado do vinte e cinco de Abril ou ao do primeiro de Maio. São nitidamente políticas e portanto não me parece, nem me faz confusão que lá esteja, agora se é só para tratamento de assuntos gerais e de interesse autárquico também me parece que é altamente castrador e limitador. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 46**

----- Eu devo dizer que isto na Lei não está lá claro mas se formos ver Regimentos de outras Assembleias está lá isto escrito. -----

----- Se for ver Regimentos de outras Assembleias, as intervenções de natureza política são feitas no período de antes da ordem do dia. -----

----- Se me permitem em relação às outras questões eu não colocaria à votação porque havia consenso. Esta aqui, provavelmente, pode ser mais polémica portanto eu punha isto à votação. Se me permitem, eu não vou pôr à votação as sugestões que me foram apresentadas pelos Senhores Manuel Frade e Miguel Gata porque me parece que há consenso. São de mera questão de ortografia. O mesmo acontece com as redundâncias suscitadas pela Senhora Deputada Ana Luísa Silva Peleira que eliminaremos.” -----

----- Posta à votação a redação que consta da proposta de Regimento atual relativamente ao artigo vinte e oito foi a mesma aprovada por maioria com os votos contra dos membros Armando César Lopes Fresco, Ivo André Quintas Palmeirão, Ana Luísa Silva Peleira, António Manuel Morgado Tavares, Miguel Ângelo Alves Gata, Márcia Andreia Ferreira Saldanha, Mário José dos Santos Galas e Rui Miguel Roxo Portela. -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o membro Senhor António Manuel Morgado Tavares que referiu: “No prazo que é apresentado para entrega da documentação é de dois dias, eu propunha que fosse de quatro dias”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Já tive oportunidade de referir na anterior Assembleia, isto aqui é um bocado complicado a questão dos prazos, por um lado há um prazo que nós não podemos, quer dizer, nós podemos fazer uma coisa mas que é muito mais complicado que é enviarmos a ordem do dia e depois alterarmos a ordem do dia, não é, onde temos um mínimo de dois dias para o fazer porque, dada a possibilidade que cada Deputado tem de pedir a inclusão na ordem do dia de assuntos, digamos, estes prazos depois acabam por colidir uns com os outros. -----

----- Havia aqui depois também um outro problema que tinha a ver com o facto de as reuniões do anterior Executivo serem à quarta-feira e agora são à segunda-feira, ou seja, agora dá-nos mais margem, está a ver, o meu problema é que se eu ponho quatro dias posso ter algum problema e depois pode a Assembleia não poder realizar-se por causa disso, se eu puser os dois dias e houver um comprometimento de que tentaremos antecipar esse prazo falo íamos, agora passar estes dois dias para quatro, poder podemos, o que é que acha. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 47**

----- Do mesmo modo que o Orçamento que tem que ser com dez dias, projetos de alteração, a informação financeira, curiosamente que aí diz ao Presidente da Assembleia, não diz aos Deputados com cinco dias, aquilo que eu lhe digo é que tenho receio de meter aqui os quatro dias e depois há prazos que abalroam uns nos outros e não os conseguimos fazer cumprir, designadamente com o facto de se dizer que o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da sessão no caso das sessões ordinárias e oito dias sobre a data da sessão no caso de a sessão ser extraordinária, é isto que depois nos faz mexer um bocado com os prazos”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Relativamente a este ponto acho que desde que haja o cuidado que esses grandes documentos venham com mais algum tempo está bem”. -----

----- Usando de novo da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referiu: “Aliás, se esses grandes documentos não vierem, a Assembleia é soberana para não discutir, a não ser que depois vote, do mesmo modo, por exemplo envolver um assunto que, julgo que já aconteceu uma vez, pode haver um assunto qualquer que não está na ordem do dia e depois nós entendamos, por razões plausíveis que o façamos incluir na ordem do dia, nem lá estava, nem recebemos os documentos, mas é uma decisão da Assembleia”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhora Ana Peleira que referiu: “Na votação de há bocado votou-se a favor da alteração ou fica a mesma redação ao que foi respondido pelo Presidente da Assembleia que se votou contra a alteração. -----

----- Continuou o membro Senhora Ana Peleira referindo que no artigo trigésimo primeiro no ponto três diz o seguinte: Os Vereadores devem ser assistir às sessões da assembleia municipal, sendo-lhes facultado intervir no período de antes da ordem do dia, isto também não existia no outro, no Regimento antigo, também não sei se isto está na Lei, os Vereadores, quer dizer a Presidente ou o Presidente que intervenha é normal que isso aconteça, tem acontecido, agora os Vereadores intervir no período de antes da ordem do dia, não me parece bem, mas eu também não li a Lei como disse há bocado”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Portanto a sua proposta de alteração é no sentido? Ao que respondeu



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 48**

a Senhora Ana Peleira que era manter o que estava antes, ou seja, intervir nos debates, neste caso sem direito a voto mas não no período antes da ordem do dia.”

----- Posta a votação a proposta de alteração ao número três do artigo trigésimo primeiro que ficaria: Os Vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, neste caso sem direito a voto e apenas a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal. -----

----- Posta à votação esta proposta foi a mesma reprovada com onze votos contra a alteração e oito votos favoráveis. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia que referiu: “Vamos já proceder à votação do Regimento mas desde já, independentemente do resultado da votação, que eu penso que vai ser no sentido da aprovação, aquilo que queria dizer é que se por qualquer motivo houver aqui alguma gralha que se apercebam gostaria que ma comunicassem e se eu próprio me aperceber de alguma, sem desvirtuar, obviamente o texto, se houver um erro qualquer do género daqueles que foram detetados, me fosse permitido proceder à respetiva retificação”. -----

----- Posto o Regimento à votação foi o mesmo aprovado por maioria com onze votos a favor e oito votos contra dos membros Armando César Lopes Fresco, Ivo André Quintas Palmeirão, Ana Luísa Silva Peleira, António Manuel Morgado Tavares, Miguel Ângelo Alves Gata, Márcia Andreia Ferreira Saldanha, Mário José dos Santos Galas e Rui Miguel Roxo Portela. -----

**----- DOIS PONTO CATORZE – LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS – DEFINIÇÃO DE TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Presente uma informação sobre a Lei N.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas, definição de taxa de direitos de passagem para no sentido de a taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de dois mil e catorze seja de zero vírgula vinte e cinco por cento. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 49

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Isto conforme informação da Técnica superior que eu passo ler que diz o seguinte:

Cumpre-me informar V.Ex.a que a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos, prevendo no art.º 106 a existência de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) que é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para clientes finais na área do correspondente município.

O percentual referido é aprovado anualmente por cada município até ao final do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.

----- Isto foi a informação da Técnica, em reunião de Câmara foi votada a taxa que está aqui e que já vem do passado, ou seja, mantém-se”.

----- Posta a proposta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade com as abstenções dos membros Senhora Ana Luísa Silva Peleira e António Manuel Morgado Tavares.

**----- DOIS PONTO QUINZE – PROPOSTA DE TAXA DE IMI PARA 2014 – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO.**

----- Presente uma proposta de taxa de IMI a vigorar no ano de dois mil e catorze e que a seguir se transcreve.

Por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, e conforme consta da Medida



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 50

1 - Impostos municipais sobre Imóveis, do PAEL e Reequilíbrio Financeiro o Município, para o ano de 2014, deve proceder à aplicação da taxa máxima de IMI.

Considerando os valores constantes do artigo 112º do DL n.º 287/2003, de 12 de novembro, com as diversas atualizações, nomeadamente as decorrentes da Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, os valores de IMI em vigor são os seguintes:

- a) Prédios Rústicos: 0,8%
- b) Prédios Urbanos: 0,5% a 0,8%
- c) Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,3% a 0,5%

Considerando o disposto no artigo 200º da Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2014, os valores a considerar para 2014, deverão ser os seguintes:

- a) Prédios Rústicos: 0,8%
- b) Prédios Urbanos: 0,5% a 0,8% (Revogado)
- c) Prédios Urbanos: 0,3% a 0,5%

Assim, para o ano de 2014, propõem-se como valores de IMI a aplicar 0,8% para prédios rústicos e 0,5% para prédios urbanos.

Sem outro assunto,

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Social  
Dra. Antónia da Conceição Meireles Coxito

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria com os votos contra dos membros Armando César Lopes Fresco, Miguel Ângelo Alves Gata, Ana Luísa Silva Peleira e Mário José dos Santos Galas e com os votos de abstenção dos membros Ivo André Quintas Palmeirão, António Manuel Morgado Tavares e Rui Miguel Roxo Portela. -----



**----- DOIS PONTO DEZASSEIS – PROPOSTA DE TAXA DE IRS PARA 2014 – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Presente uma proposta de Taxa de IRS a vigorar no ano de dois mil e catorze e que a seguir se transcreve. -----

Por força do disposto no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (LFL) e, conforme consta da medida 4 - IRS do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, para o ano de 2014, o Município deve proceder à aplicação da taxa máxima de 5%.

Sem outro assunto,  
Com os melhores cumprimentos,

A Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Social  
Dra. Antónia da Conceição Meireles Coxito

----- A Assembleia deliberou por unanimidade com as abstenções dos membros Ana Luísa Silva Peleira, Miguel Ângelo Alves Gata, Mário José dos Santos Galas e Rui Miguel Roxo Portela aprovar a proposta em apreço. -----

**----- DOIS PONTO DEZASSETE – PROPOSTA DA TAXA DA DERRAMA MUNICIPAL PARA 2014 – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Presente uma proposta de taxa de derrama municipal a vigorar no ano de dois mil e catorze e que a seguir se transcreve. -----

Conforme consta da Medida 3 do PAEL e reequilíbrio Financeiro e, à semelhança do verificado desde 2011, por força do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, o Município, para o ano de 2014, deve proceder ao lançamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 52

---

sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), no limite máximo de 1,5% nos termos previstos no artigo 14<sup>a</sup> da LFL.

Sem outro assunto,

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Social  
Dra. Antónia da Conceição Meireles Coxito

----- A Assembleia deliberou por unanimidade com as abstenções dos membros Ana Luísa Silva Peleira, Miguel Ângelo Alves Gata, António Manuel Morgado Tavares, Mário José dos Santos Galas e Rui Miguel Roxo Portela aprovar a proposta em apreço. -----

**----- DOIS PONTO DEZOITO – PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014 – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foram presentes para efeitos de discussão e votação as propostas, Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e catorze e que aqui se dão por integralmente reproduzidas ficando um exemplar das mesmas arquivadas na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- No que concerne ao Orçamento verificou-se que o mesmo apresenta no capítulo da receita um valor total de quinze milhões cento e trinta e nove mil seiscentos e setenta e um euros e noventa e sete cêntimos e no capítulo da despesa um valor total de quinze milhões cento e trinta e nove mil seiscentos e setenta e um euros e noventa e sete cêntimos, sendo o valor da receita corrente de seis milhões quatrocentos e trinta e nove mil trinta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos e da despesa corrente de nove milhões quatrocentos e sessenta e nove mil cinquenta e seis euros e vinte e sete cêntimos apresentando a receita de capital o valor de oito milhões setecentos mil seiscentos e trinta e seis euros e vinte e dois cêntimos, e a despesa de capital o valor de cinco milhões seiscentos e setenta mil seiscentos e quinze euros e noventa e sete cêntimos. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 53**

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhora e Senhor Secretários da mesa da  
Assembleia  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais  
Ilustre assistência

É este o primeiro Orçamento e grandes opções do plano que apresento. É portanto o primeiro Orçamento da responsabilidade do executivo a que presido.

Sempre pretendemos que este Orçamento fosse um documento realista e de rigor onde o executivo e os técnicos do município tivessem intervenção, definindo o executivo a política a seguir, cabendo aos técnicos dentro da sua especialidade e responsabilidade a previsão de custos. Foi assim que este Orçamento nasceu. Primeiro a receita, depois a despesa.

Logo à partida a feitura deste Orçamento foi condicionada pela incerteza na obtenção ou não do visto do Tribunal de Contas aos programas do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro.

O visto para o PAEL chegou já com a elaboração do Orçamento em marcha, estando refletido nele apenas o montante de 40% que falta receber.

Dos 60% já recebidos que importa em 2.608.041,31€ já quase todo foi entregue aos fornecedores e empreiteiros.

No que toca ao Reequilíbrio Financeiro, quando o visto do Tribunal de contas chegou já estava o Orçamento feito. Todavia o dinheiro já foi disponibilizado e os respetivos pagamentos já estão quase todos concluídos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, para a elaboração deste Orçamento e grandes opções do plano tive o cuidado de ouvir todos os Presidentes das Juntas de Freguesia. A todos alertei para as



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 54**

dificuldades financeiras que o município atravessa e todos ficaram cientes delas. Os Senhores Presidentes expuseram as suas preocupações e as necessidades mais prementes para a resolução dos problemas das respetivas freguesias. Ciente de que não se pode fazer tudo duma vez, por ser humana e financeiramente impossível, retive o seguinte:

Ouvi que Lagoaça e Fornos ainda têm ruas por pavimentar e por iluminar, este Orçamento contempla a resolução, se não em todo, parte desses problemas. Para os serviços do município também há muito trabalho para fazer.

Para Freixo e Mazouco entendi a necessidade da construção de um armazém para recolha da maquinaria e equipamentos de que a junta já é proprietária. Este Orçamento contempla a construção desse armazém em terreno que a Câmara vai ceder. Quanto à recuperação da antiga casa da junta sita no Outeiro, é nosso entender que os serviços do município estão à altura para a executar. Há também neste Orçamento verba disponível para apoio às atividades que a junta pretende desenvolver e que em nosso entender promovem o nosso concelho.

Para Poiares, as preocupações do seu presidente da junta prendem-se sobretudo com obras que os serviços técnicos do município podem executar. A entrada da aldeia passará a ser em cubos de granito e o triângulo do cruzamento terá um tratamento condigno. Não pediu muito o Senhor Presidente.

Já Ligares, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, admito que é um caso especial. Bastou saber a real situação financeira da Junta para ficar preocupada. Não é normal ter um trabalhador, mesmo assalariado, sem receber vencimento desde julho. Não é normal não ter dinheiro sequer para pagar a conta da luz. Teremos que ter a sensibilidade necessária e acudir a estas situações. Não é normal ter uma rede de caminhos que há anos não têm uma reparação. Vamos disponibilizar a maquinaria necessária para o efeito.

Quanto ao projeto do arranjo para a entrada da aldeia que o Senhor presidente pediu, serão os serviços técnicos do município a executá-lo.



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 55**

---

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a situação financeira do município é preocupante, aliás já o afirmei publicamente. Não podia este Orçamento transformar-se num documento despesista e contribuir ainda mais para o aumento do endividamento. Já diz o ditado que Roma e Pavia não se fizeram num dia.

Quero que todos aqui presentes saibam que após a execução do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro, fica ainda por pagar uma dívida que ronda os dois milhões de euros. Daí dizer que este Orçamento está empolado no que toca à receita. Pergunto, onde iremos buscar o dinheiro quando os fornecedores nos baterem à porta?

De hoje em diante teremos as nossas receitas completamente hipotecadas com a satisfação dos encargos assumidos. Pouco ou nenhum espaço de manobra nos resta.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, não podemos faltar com os vencimentos aos nossos funcionários, os serviços não podem parar.

Não podemos deixar de apoiar a nossa Banda de Música, os nossos bombeiros e as nossas associações culturais e desportivas. Este Orçamento embora magro, contempla essas ajudas.

Não podemos esquecer os agricultores do nosso concelho. Contempla este Orçamento a pavimentação de alguns caminhos agrícolas e a realização de eventos que permitam o escoamento dos seus produtos. Nunca se contabilizou a cedência das instalações do Mercado Municipal nem o transporte e tratamento dos efluentes da cooperativa. Isso também são apoios custeados pelo Orçamento municipal.

No que toca aos apoios ao comércio e turismo, estão incluídos neste Orçamento a realização dos eventos já habituais, mais a realização de um novo para uma época com pouco movimento turístico. Devo dizer que este novo evento a que se deu o nome de “Jornadas do Bacalhau” foi sugerido pela maioria dos restaurantes do concelho e com ele se prevê a atração de turistas e dos nossos vizinhos espanhóis.



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 56

Deixo para o fim aquela que poderá ser a obra que levantará mais discussão. Trata-se da construção do novo cemitério. É sabido que havia uma candidatura que integrava um arranjo urbanístico à volta do atual cemitério, arranjo esse que na opinião do anterior executivo iria permitir o alargamento do atual cemitério para fora do muro.

Que fique aqui claro, a candidatura não era para alargar o cemitério, era para um arranjo urbanístico. É isso que está no processo de candidatura. Entendeu o atual executivo desistir dessa parte da candidatura, até porque para a executar faltava adquirir as parcelas necessárias para esse efeito. Das quinze parcelas apenas duas estavam na posse do Município, estando uma delas por pagar. Mais, o prazo de execução da empreitada termina no próximo dia 31 de dezembro.

É nosso entender que a opção para a resolução do problema do cemitério passa pela construção de um novo, continuando como é lógico o atual em funcionamento.

Por entender que este assunto é de demasiada importância, há-de ser objeto de discussão pública e esta assembleia irá ter a oportunidade de se pronunciar a devido tempo. Não queremos impor nada a ninguém.

Estarei à disposição para todo e qualquer esclarecimento que entendam por bem formular.

Obrigada

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: Quero dizer que é a primeira vez, desde que estou nesta Assembleia, que vejo a apresentação de um Orçamento em que não estamos a falar de números estamos a falar daquilo que realmente vamos fazer, o que é interessante, porque os números cada um de nós os saberá analisar, é preciso saber o que é que realmente se pretende fazer e portanto quero saudar a Senhora Presidente por ter feito isso, muito obrigado”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Como foi frisado aí tocou num aspeto bastante sensível, que é a construção do novo cemitério. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 57

----- Como deve compreender e sei que compreende, até porque já referiu isso aí anteriormente, ao estarmos a falar disso estamos a falar também dos nossos antepassados e também em relação a pessoas e devemos ter o máximo cuidado em saber realmente aquilo que se quer e se já estava contemplado antes o aumento do cemitério, que é isso que é preciso saber, se realmente se verifica ou não, se já estava uma candidatura também aprovada a oitenta e cinco por cento e se já havia também dinheiro para a requalificação da zona histórica acho que não se deve deitar tudo a perder apenas e só porque se quer mudar o cemitério, essa é uma das questões. -----

----- Além disso a intervenção da zona histórica previa já a requalificação disso mesmo, tal como hoje é apanágio vemos as calçadas também prontas. Se formos abandonar esse projeto vamos também perder dinheiro e aquilo que estava aprovado e se não temos um projeto financiado ao estarmos a deitá-lo fora como é que vamos ter dinheiro depois para suportar um novo cemitério sem esse mesmo projeto, era isso que eu gostaria de referir agora”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu: “Não é por acaso que se tomou uma decisão de o cemitério ser noutro lado, acontece que os terrenos não estão comprados, nada está feito, como disse aqui, há uma casa comprada e um terreno. -----

----- A candidatura acaba no dia trinta e um de dezembro, quando me foi passado o testemunho disseram-me assim: Só vejo uma saída ali no cemitério, é pegar numa máquina e levar tudo na frente e depois resolver o problema, isto não pode ser assim! Em que é que eu me metia? Se vocês tiverem uma solução eu estou cá.

----- A candidatura está, como já disse, para um arranjo urbanístico, toda a gente sabe aqui em Freixo que é para um cemitério, mas lá fora se calhar não sabem e segundo os Técnicos da CIMDOURO se vierem fazer uma fiscalização, porque são fundos comunitários, se nos vierem fazer uma fiscalização podemos ser penalizados por ter feito uma coisa que não estava na candidatura, porque a candidatura se calhar não tinha sido aceite se estivesse lá que era para um cemitério, e isto não sou eu que estou a dizer, o Eng.º Ricardo Madeira está ali, que é quem faz as candidaturas e sabe o que se passou, como muitos outros. -----

----- Eu dou a solução de se fazer um outro cemitério, noutro sítio, próximo da Igreja, se calhar quase tão próximo como o que temos, agora se vocês tiverem uma solução para fazer o cemitério à volta que não nos vai implicar chatices depois e conseguir adquirir aqueles imóveis eu estou aberta a sugestões, agora vocês é que sabem”. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 58

----- Solicitou de seguida o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Pelo que percebi das palavras da Senhora Presidente e do Senhor Deputado Nuno Ferreira, das palavras da Senhora Presidente pareceu-me haver, ou seja, a candidatura em si foi abandonada devido à questão do prazo, pelo que percebi, propõem uma solução que seria mudar o cemitério de sítio, não colocando de parte que possa ser uma outra porque ouvi no discurso da Senhora Presidente que será alvo de discussão pública, aqui não devemos também dramatizar muito as coisas, se há abertura para uma discussão pública serão as pessoas a decidir aquilo que pretendem na realidade o que me parece ser a melhor solução, é serem os Freixenistas a decidir isso, até porque é um assunto muito delicado, que mexe com sentimentos, mexe com antepassados, é muito complicado e, portanto aqui estou de acordo com o Senhor Deputado Nuno Ferreira, há que ouvir a população. -----

----- Relativamente à questão de perda de financiamento, também percebo a posição da Senhora Presidente, uma vez que podíamos estar a incorrer numa candidatura em que, pelos vistos, não seria para um cemitério, seria para um arranjo urbanístico, o que nos poderia penalizar, já para não falar do prazo que seria até trinta e um de dezembro, aliás hoje parece-me isso impossível, visto isso desta forma acho que, realmente a melhor solução, e a seu tempo virá a esta Assembleia será portanto a discussão pública desse problema”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Independentemente das outras opiniões, permitam-me que eu emita aqui a minha própria opinião. -----

----- A Senhora Presidente referiu que o projeto da zona envolvente do cemitério que é um mero projeto de regeneração urbana, que não está lá contemplado o cemitério, como lhe foi afirmado por Técnicos da CIMDOURO. Porque a afirmação verbal é uma coisa e a afirmação escrita é outra seria bom que a Câmara se munisse de uma decisão escrita por parte da entidade que lidera, isto é, da entidade permitiu o financiamento deste projeto”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Senhor Vereador José Santos, à qual não foi apresentada nenhuma objeção tendo referido: “Relativamente a esta situação que eu julgo que para mim é constrangedora em relação à questão do abandono do cemitério daquele local porque, para além do cemitério que está previsto e que prevê, exatamente, o alargamento do atual cemitério, que é a melhor solução, quanto a mim e que já foi sufragada em eleições autárquicas, porquanto este



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 59**

projeto já é do primeiro mandato do Executivo que liderei durante oito anos e portanto foi sufragado esse projeto, estava no nosso programa eleitoral e portanto o Povo de Freixo já votou favoravelmente essa situação. -----

----- Esclarecer que relativamente aos terrenos da envolvente do cemitério, todos os terrenos estão com acordo verbal e que nomeadamente os Técnicos do Município, nomeadamente a Técnica Superior Jurista tem estado a fazer os contratos promessa e que todos os Munícipes estão de acordo, exceto um, que de facto se queixa de que o cemitério ficaria perto da sua habitação, mas havia também o compromisso do anterior Executivo de retirar as campas, que seriam campas de crianças, retirá-las e polas noutra local que não afrontasse a habitação desse Munícipe e portanto isso ficaria resolvido, para além de que, também havia já a concordância por parte da CCDR-Norte de comprar a casa desse Munícipe possibilitando, também ali no centro histórico e numa rua que é apertadíssima e que toda a gente conhece, possibilitando que ali se fizesse um parque de estacionamento para que os carros que são estacionados nessa via e nessa rua apertada pudessem estacionar sem implicar com as pessoas que circulam com os seus veículos naquela rua e portanto dizer que, os terrenos são um problema, não são um problema, os terrenos são difíceis isso sim pelo facto de que, todos aqueles proprietários que se dizem proprietários porque alguns nem têm documentos de propriedade porque já vêm dos avós e de outras gerações ou por herança e portanto é de facto bastante difícil, foi difícil para o anterior Executivo e fizemos duas ou três escrituras, que me lembre, outras estariam na calha para se fazerem, estavam até agendadas, estavam programadas e foram abandonadas, com toda a certeza. -----

----- Também dizer que não é verdade que o projeto apresentado e que a candidatura apresentada não previa a realização do cemitério. -----

----- Aquilo que está previsto para ali é um projeto que tem a ver com o centro histórico e que tem a ver com regeneração urbana, regeneração urbana porque de facto aquela zona tem que ser intervencionada porque está completamente degradada, mesmo que não optassem pela realização do cemitério naquele local impunha-se, pelo menos, que aquela reorganização urbanística fosse realizada, aliás está candidatada, tem dinheiro, tem quinhentos e poucos mil euros de financiamento a fundo perdido, e com duzentos e cinquenta mil para aquisição de terrenos, portanto está salvaguardado tudo isso. -----

----- É uma pena que o anterior Executivo tenha feito um grande esforço para que o plano de ação que tem a ver com a realização da obra do centro histórico que contempla, exatamente, essa obra do cemitério e que foi objeto de uma intensa



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 60**

negociação levada a cabo pelo anterior Executivo com o IGESPAR, uma negociação difícil mas que foi conseguida e também uma aprovação daquele projeto através de um programa que é o Turismo Douro Infraestrutural que aprovou o projeto do centro histórico. -----

----- Portanto, o abandono de tudo isto é difícil, não encontramos razão em relação à questão da candidatura terminar no dia trinta e um de dezembro, porquanto as obras não vão terminar a trinta e um de dezembro Senhora Presidente, portanto não vai cumprir com isso, portanto deveria ter pedido, ou melhor, acho que o deve ter feito, portanto não é razão palpável para estar aqui a dizer que não é possível, sabendo nós que o quadro comunitário de apoio vai até ao final de dois mil e catorze e que é possível fazer o pedido de alteração do prazo temporal do projeto e da candidatura. -----

----- Sabemos nós que a Rua das Eiras está por pavimentar e que ainda vai demorar muito tempo a pavimentar, sabemos nós que a Fonte Seca há uma parte que está por pavimentar e que também não vai terminar a trinta e um de dezembro, portanto, não é razão palpável para vir aqui hoje dizer a esta Assembleia que não há tempo para fazer um pedido de reformulação da candidatura porquanto sabemos que há tempo, há vontade por parte das entidades que tutelam a candidatura e só é preciso, de facto, vontade por parte deste Executivo. -----

----- Portanto, julgo que esta Assembleia ficará responsável, esta Assembleia e todos aqueles que eventualmente não contribuírem para que este projeto vá por diante, ficarão responsáveis pela falta de tratamento daquele local que é a envolvente da muralha do cemitério e que tem que forçosamente que ser requalificada porquanto o IGESPAR não permite que ali se faça obra que não seja recuperação daquilo que lá está e portanto é de grande responsabilidade o Executivo não levar por diante esta obra para a qual havia dinheiro, e também dizer-lhe uma coisa Senhora Presidente, é que a forma como fomos tratados, principalmente nós os Vereadores na Câmara Municipal em relação ao abandono deste projeto foi uma forma que não podemos de forma nenhuma estar de acordo e, aliás já lho transmitimos na Câmara Municipal. Os Senhores não tiveram sequer a hombridade de nos dizer qual era o local para onde, efetivamente, iriam canalizar o novo cemitério, não tiveram também e, acho que deveria ter sido uma preocupação forte, atendendo às condições que se farta de enumerar financeiras do Município, como é que se vai abandonar um projeto que tem financiamento a fundo perdido e se vai enveredar por um projeto que, praticamente, e conhecendo nós os quadros comunitários de apoio que aí vêm, porque sabemos bem que não



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 61**

vão contemplar cemitérios, não vão, sabemos que o próximo quadro comunitário de apoio que vem aí que é de 2014/2020 é um quadro comunitário de apoio que vai exigir que todos os projetos tenham retorno, ou melhor, sejam sustentáveis e por isso mesmo o Município de Freixo vai ter, com toda a certeza, que arcar com a responsabilidade da mudança de local, em termos financeiros, na totalidade do Município e eu não acredito e sinceramente lhe digo que a Senhora Presidente seja capaz de arranjar os quatrocentos e cinquenta mil euros para a realização desta obra do cemitério, da totalidade da responsabilidade do Município, muito obrigado”. -----

----- Foi de seguida dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “ Eu não disse que desisto de recuperar a zona da envolvente do cemitério, eu acho que aquela zona tem que ser preservada e tem que ficar como deve ser, agora o caso do cemitério, o tempo que vamos demorar a adquirir e, nem sei se conseguimos, se alguém for capaz de ajudar a adquirir os imóveis que é necessário adquirir que ajude, agora eu não acredito sinceramente porque aquilo está complicado mas, também não desisto porque ainda há dias vieram duas Senhoras ter comigo perguntar como é que estava a questão dos terrenos do cemitério porque tinham um para vender e a Câmara Municipal. Há muito tempo que não lhes diziam nada, O terreno é da Dona Lucindinha, da mulher do Abel da Quintã e de mais familiares, não estava nada feito eu disse que sim Senhora se estão dispostos a vender a Câmara compra. Eu não estou a desistir de adquirir os terrenos ali à volta, agora não vejo é solução para fazer o cemitério assim de repente e não se resolve se calhar o problema. Além do mais ainda estarmos sujeitos a uma fiscalização”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra ao Senhor Vereador José Santos que referiu: “Eu gostava que a Senhora Presidente justificasse como é que não está a desistir desse projeto, se efetivamente levou à Câmara a aprovação dos trabalhos a menos exatamente no montante que tem a ver com a realização da obra. -----

----- Se levou à Câmara, desistiu em termos de trabalhos a realizar, propondo à Câmara os trabalhos a menos dessa obra, o que significa que já está resolvido e que pode, eventualmente, vir a alterar enquanto é tempo, e acho que enquanto é tempo devia fazê-lo mas, sinceramente não me diga que não vai desistir porque já desistiu agora, pode eventualmente agora tomar um compromisso de facto voltar a



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 62**

abraçar o projeto do cemitério, ou melhor, da recuperação paisagística e ambiental daquela zona”. -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Por aquilo que estou a perceber, creio eu que seja isso, nós estamos a debater o Orçamento, agora estamos a falar do cemitério e pelo que estou a perceber o Partido Socialista pretende impor que se retome essa questão da candidatura ao cemitério, isso deveria ter sido transmitido claramente, coisa que não foi, creio eu que seja isso, até porque têm a maioria e aprovam o Orçamento se quiserem ou se não quiserem. -----

----- No entanto, também devo dizer que a forma como o Executivo pretende fazer ou não fazer a obra diz respeito ao Executivo não diz respeito a esta Assembleia. A esta Assembleia cabe-lhe aprovar o Orçamento ou não aprovar, no entanto mais uma vez refiro que vimos abertura para que, abertura não, o interesse para consultar o Povo, não sei para que é que estamos aqui com isto, ainda não percebi”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Permita-me que eu refira o seguinte: Uma das funções principais desta Assembleia é, obviamente, a aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento e a Lei diz que, não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal sem prejuízo desta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal, este é o nosso papel, é o papel da Assembleia. -----

----- A Assembleia não tem poderes para fazer um Orçamento, a Assembleia tem poderes para fazer propostas. -----

----- Pelas intervenções que já houve está claro que o problema do cemitério, digamos isto, de um novo cemitério ou a ampliação do cemitério existente é uma questão muito sensível e que realmente é refletida no Orçamento porque o Orçamento ao trazer duas verbas, uma para a aquisição de terrenos e outra para a construção do cemitério, o Orçamento, claramente, toma uma determinada posição, uma determinada opção que é a construção de um novo cemitério. É por isso que estamos aqui a falar do cemitério. Poderíamos, eventualmente, estar aqui a falar de outras coisas mas, a Assembleia é soberana de falar daquilo que os Senhores Deputados entendem e, hoje, foi este caso o caso central. -----

----- Recordam-se que no início da Assembleia pedi para a suspender um pouco, para ter uma conversa, para falar com a Senhora Presidente da Câmara. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 63**

----- Eu enquanto Presidente da Assembleia Municipal e enquanto membro eleito pelo Partido Socialista, teoricamente, deveria conhecer a opinião antecipada dos vários grupos parlamentares. É evidente que sabemos que isso não é assim mas, pertencendo eu à mesma família política dos Senhores Deputados do Partido Socialista eu sabia quando cheguei a esta Assembleia qual era a posição do Partido Socialista relativamente ao Orçamento e a Posição do Partido Socialista relativamente ao Orçamento era no sentido de votar contra, pelas razões que foram já esplanadas, ainda que de uma forma sucinta, mas que deu para entender. Quer a Senhora Presidente quer o Senhor Ivo Quintas perceberam isso. -----

----- Atendendo que uma rejeição do Orçamento é uma situação perfeitamente legítima, mas não deixa de ser uma situação não desejável. E não desejável porquê? Porque não é muito confortável para a Câmara estar a viver sem Orçamento. Há sempre uma alternativa que é a de trabalhar por duodécimos até à apresentação do novo Orçamento mas, à bancada do Partido Socialista pareceu-lhe, e foi isto que eu transmiti antecipadamente que era preferível chegar-se não digo a um acordo mas um consenso. De facto, rejeitado o Orçamento, o Executivo apresentava o mesmo Orçamento e a Assembleia rejeitava o Orçamento e andávamos aqui numa guerra sem quartel. -----

----- Aquilo que, e eu peço depois à Senhora Presidente que me emende se aquilo que eu disser não é fiel, àquilo que foi a nossa conversa, aquilo que eu sugeri enquanto Presidente da Assembleia Municipal à Senhora Presidente foi que o Partido Socialista viabilizaria a aprovação deste Orçamento, mediante a abstenção, se o Executivo se comprometer perante esta Assembleia de que até à primeira Assembleia de dois mil e catorze e após conversações com representantes do Partido Socialista houvesse um diálogo no sentido de se encontrar um ponto comum para estas e para outras questões que lá estão” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Aquilo que eu queria dizer Senhor Presidente era o seguinte, isso que acabou de dizer era o que devia ter sido apresentado logo no início quando se começou a falar disto, que é isso que se pretende, que se pretende negociar esses pontos, eu duvido que o Executivo não esteja aberto a negociar o que quer que seja relativamente ao Orçamento, porque não estava claro aquilo que pretendiam, agora já está”. -----

----- Usou de novo da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Não me parece, posso estar enganado, que a Assembleia de certo modo,



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 64**

seja o local ideal para fazer este tipo de negociação, por um lado porque as posições estremam-se, por outro lado porque a hora já vai avançada e por isso o Partido Socialista diz o seguinte viabiliza, eu estou aqui a falar em nome da Bancada do Partido Socialista e uma vez mais eu sou o Presidente da Assembleia Municipal, como disse há pouco à Senhora Presidente, peço também ao Partido Socialista que se não for aquilo que eu disse, que me corrijam. -----

----- O Partido Socialista viabiliza o Orçamento mediante a abstenção, o que significa que o Orçamento, partindo da hipótese, obviamente, que a Bancada do Partido Social Democrata o vota favoravelmente viabiliza com a abstenção, digamos, tendo como contrapartida o compromisso que já foi aqui assumido pela Senhora Presidente de que até à primeira reunião ordinária de dois mil e catorze, calmamente e sentados à mesa, se chegaria a um acordo ou a um consenso no sentido, digamos, de um Orçamento que pudesse, efetivamente, enfim, satisfazer as ideias em confronto”. -----

----- Solicitou de novo a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Eu só quero saber quais são as propostas da Bancada Socialista relativamente ao Orçamento, o que é eu pretendem alterar, é só isso que eu pretendo saber”. -----

----- Usando de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu: “Já se falou aqui muito do cemitério, essa é uma questão. Provavelmente deve haver mais, mas isso foi o que eu transmiti. Falei de uma outra coisa que não importa agora concretizar aqui. Falei de uma outra coisa à Senhora Presidente que me disse que isso estava lá garantido. Há outras questões mas, eu julgo que, neste momento, sob pena de estarmos a prolongar uma discussão e, eventualmente, às tantas começarmos aqui a resvalar um pouco em determinadas situações, não vale a pena particularizar. Um acordo é sempre complicado de alcançar, mas permite, como tive oportunidade de dizer à Senhora Presidente aproximar posições. Apesar de estamos em campos opostos, não quer dizer que estejamos em campos que nos olhemos uns aos outros como inimigos, estamos em campos opostos, com ideias opostas mas, através do diálogo o entendimento é possível. Aliás também tive oportunidade de o dizer eu penso que foi um erro político do atual Executivo, se ter lançado para a feitura de um Orçamento sem efetivamente ter, enfim, tido uma conversa com a força maioritária na Assembleia Municipal, sabendo que, se quisermos trabalhar afezalmente, enquanto ninguém mudar de opinião estávamos aqui a votar indeterminadamente sem nos entendermos. Era isto que eu vos queria dizer”. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 65**

---

----- Usou de seguida da palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Da minha parte é precisamente isso e dessa forma, como o Senhor Presidente disse, de se assumir um compromisso de chegarmos a um consenso e trabalharmos em prol do próximo Orçamento para retificar aquilo que há para retificar”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhora Ana Peleira que referiu: “Eu peço desculpa, mas gostaria de lhes perguntar o que é que, concretamente, neste Orçamento não lhes agrada, para além do cemitério que já é ponto assente, para além disso o que é que podem enumerar mais?”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Não é a mim que me compete responder e não vamos reabrir o debate, ou melhor eu gostaria que não reabrissemos o debate, sob pena de não se sair daqui. -----

----- Eu só gostava de chamar a atenção de que, em muitas situações nesta Assembleia, muitos Orçamentos houve, lembro-me pelo menos de quatro em que houve quem votasse a favor, quem votasse contra e quem votou contra nunca referiu porque é que votou contra e nós. A bancada do Partido Socialista já falou aqui de uma situação muito concreta e que eu julgo que não será a única mas que é uma situação muito sensível. -----

----- Eu também, como disse o Senhor Deputado Ivo Quintas, entendo que na impossibilidade completa, se houver necessidade de chegar à conclusão que é uma necessidade total de fazer um novo cemitério que essa questão tem que passar naturalmente, como já foi dito, por serem ouvidas as populações, porque são assuntos, digamos, de um melindre muito grande e que mexe muito com os sentimentos das populações muito especialmente conhecendo, como nós todos conhecemos, a nossa população”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Poiares, Senhor Rui Portela que referiu: “O Senhor Presidente vai por o Orçamento à votação, o Partido Socialista vai-se abster, correto, falando nesses moldes, depois essas ditas negociações que vão ser feitas é entre a Bancada do Partido Socialista e o Executivo, as alterações que posteriormente irão ser feitas é à maneira da Bancada do Partido Socialista, como é que isso vai funcionar?”. -----

----- Usando de novo da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu: “Isso é uma questão da Câmara. Eu fui transmitir de uma questão que o



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

**Pág. 66**

Partido Socialista me pôs, agora se a Câmara entende que devem estar outras pessoas presentes isso é uma questão da Câmara”. -----

----- Usou de novo da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Poiães, Senhor Rui Portela que referiu: “Entende a posição, eu agora vou votar, não é, tenho que votar este Orçamento mas sei que se calhar, derivado a essas negociações vão haver alterações aqui em que eu não vou ter uma palavra a dizer, por exemplo”. -----

----- Usando de novo da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu: “Essas alterações têm de ser votadas. Com essas alterações, obviamente que o Orçamento tem de vir à Assembleia. Todas as alterações ao Orçamento serão votadas. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Do que eu estou a perceber nós vamos votar este Orçamento e depois esses pontos de discordância serão alvo de uma retificação ao Orçamento daquelas que já se fizeram várias vezes, muito bem”. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com dez abstenções dos membros Senhores António Augusto Guerra Nunes dos Reis, Joaquim Vitor Bento Pereira, Ana Isabel Chioate Lopes Vargas, Manuel Augusto Frade, António Augusto Afonso, Ângelo Eduardo Massa Fortuna, Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, Carlos Alberto Pereira, Raul de Jesus Rocha Ferreira e Carlos Alberto Novais e nove votos a favor, aprovar a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e catorze. -----

**-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO-----**

----- Finda a ordem de trabalhos, foi, nos termos regimentais, aberto um período destinado à intervenção do público, tendo solicitado a palavra o Município Senhor Ricardo José Sapage Madeira que referiu: “Eu pretendia prestar um esclarecimento técnico relativamente a esta questão do cemitério. -----

----- Gostaria de informar a Assembleia Municipal que, aquando da realização da candidatura tentou-se sempre evitar a palavra cemitério, quero que fique isto bem esclarecido, porquê? Porque a candidatura foi ao Turismo Douro



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2013  
Reunião de 27/12

Pág. 67

Infraestrutural e o nome da candidatura prevê mesmo isso, digamos, regeneração urbana do centro histórico da Vila e faz referência à envolvente do cemitério. Se, por ventura, digamos, a parte do cemitério ficou embutida nessa candidatura tentou-se sempre ocultar essa referência. -----

----- Também quero recordar que o concurso público que decorreu e que, digamos, está em execução também não teve, digamos, grande referência sempre apenas à parte do cemitério. Tentou-se sempre focar, acima de tudo, a recuperação urbanística. -----

----- Quis dar este esclarecimento para que os Senhores Deputados e o Senhor Presidente da Assembleia ficassem devidamente esclarecidos e não querer, digamos, levantar aqui de novo a discussão mas penso que seria importante fazê-lo”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador Senhor José Santos que referiu: “Eu só queria fazer uma pergunta que era importante que o Ricardo respondesse, o projeto do cemitério foi ou não foi objeto de apreciação na candidatura”. -----

----- O Senhor Eng. Ricardo Madeira Respondeu afirmativamente. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** - Nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de janeiro, e para efeitos do disposto no artigo noventa e um do mesmo normativo legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_